ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

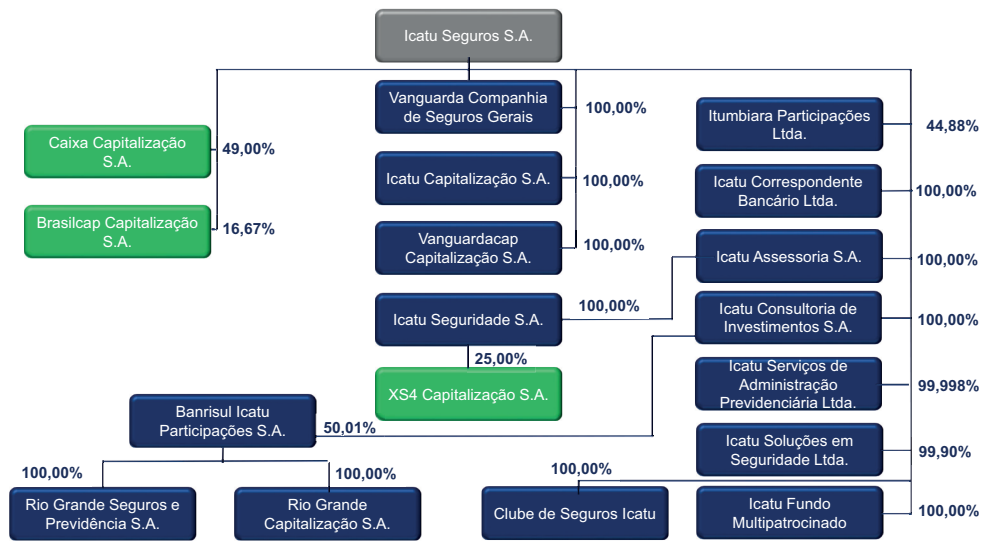
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Icatu Seguros S.A.** (Companhia), relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas, dos relatórios dos auditores independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Nessas Demonstrações, a Icatu Seguros S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

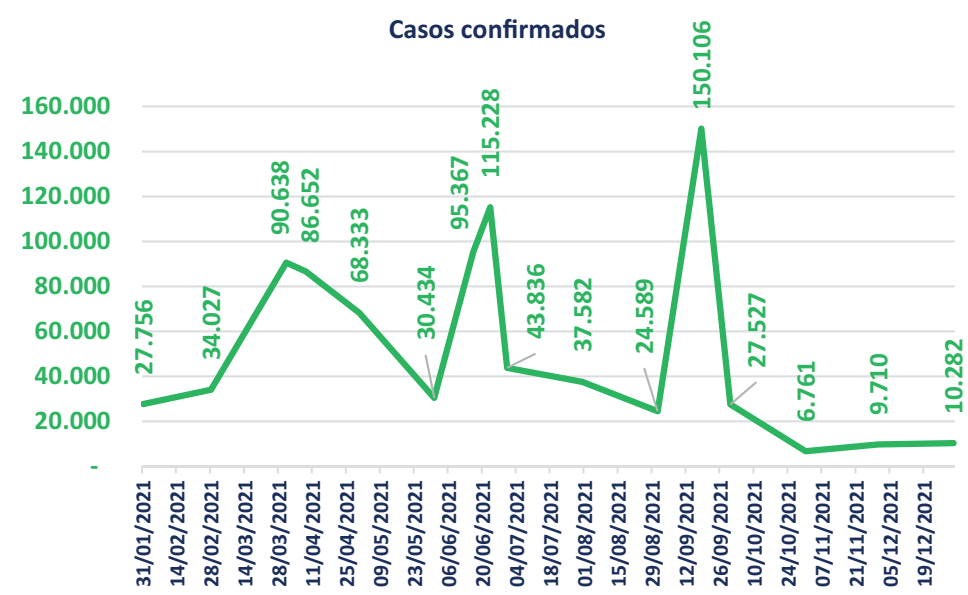


2. Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve seu ápice no primeiro semestre de 2021, com o seguinte panorama retratado pelas secretarias estaduais de saúde:

Fonte: https://covid.saude.gov.br/ - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.

Fonte: https://covid.saude.gov.br/ - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.



Fonte: https://covid.saude.gov.br/ - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.

Fonte: https://covid.saude.gov.br/ - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.

Como pode ser observado nos gráficos anteriores, o primeiro semestre do ano concentrou um grande volume de óbitos, impactando de forma relevante a sinistralidade – e, consequentemente, o resultado - das seguradoras de Vida. Ao longo do último trimestre do ano, com o avanço da vacinação, a quantidade de novos casos diminuiu, trazendo redução na sinistralidade. Dados da SUSEP indicam que a sinistralidade no mercado de vida em grupo e vida individual em 2019 foi de 43,2% e saltou de 49,8%, em 2020, para 70,9% em 2021. A seguir, a demonstração de resultados da Companhia em 2021, com e sem os impactos da COVID, onde tais impactos são entendidos como os sinistros pagos por mortes confirmadas exclusivamente da COVID, segundo a documentação de aviso de sinistro apresentada.

	2021	Efeitos da COVID	Sem efeitos COVID 2021
Prêmios emitidos	2.334.328		2.334.328
Outros	(258.333)		(258.333)
Prêmios ganhos	**2.075.995**		**2.075.995**
Sinistros ocorridos	(1.297.706)	356.362	(941.344)
Custo de aquisição	(674.470)		(674.470)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(17.983)		(17.983)
Resultado com operações de seguros	**85.836**		**85.836**
Resultado com operações de resseguros	**13.103**	**(31.098)**	**(17.995)**
Resultado com operações de previdência	**(111.325)**		**(111.325)**
Despesas administrativas	**(336.186)**		**(336.186)**
Resultado patrimonial	**218.283**		**218.283**
Despesas com tributos	**(23.465)**	**(18.093)**	**(41.558)**
Resultado financeiro	**160.379**		**160.379**
Resultado operacional	**6.625**		**6.625**
Ganhos / (perdas) com ativos não correntes	(12.464)		(12.464)
Resultado antes de tributos	**(5.839)**		**(5.839)**
Imposto de renda e contribuição social	92.292	(125.156)	(32.864)
Participações sobre o lucro	(7.980)		(7.980)
Lucro líquido do exercício	**78.473**	**182.015**	**260.488**

O Resultado de 2021 foi de R$ 78.473, impactados por R$ 182.015 de sinistros líquidos de tributos, que se não tivessem ocorridos, caso a pandemia não tivesse surgido, o resultado da Companhia teria sido de R$ 260.488.

3. Desempenho das operações de seguros e previdência complementar aberta

3.1. Seguros

Durante o ano de 2021, os prêmios emitidos foram de R$ 2.334.328 (R$ 1.806.695, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 29,2%.

Os sinistros ocorridos foram de R$ 1.297.706 (R$ 703.562, no mesmo período do ano anterior) e se desconsiderarmos os efeitos da pandemia de COVID, foram de R$941.344 (R$ 628.997 no mesmo período do ano anterior). Isso remete aos seguintes índices de sinistralidade:

Ano	Números do ano	Desconsiderando os efeitos da COVID
2021	62,5%	45,3%

Os custos de aquisição foram de R$ 674.470 (R$ 548.626, no mesmo período do ano anterior), que representa um acréscimo de 22,9 %. O índice de comissionamento ficou em 32,5% em 2021, contra 32,3% no ano anterior, sem alteração expressiva, dado que a Companhia vem mantendo os custos de suas operações e o comissionamento não foi afetado pela pandemia.

Como explicado anteriormente, a pandemia da COVID foi a principal responsável pelo aumento da sinistralidade em 2021 e 2020, mas por outro lado, também pode ter influenciado no aumento nos prêmios de seguros, em função de uma maior procura por seguros de vida.

3.2. Previdência

Durante o ano de 2021, as receitas de contribuições de previdência (incluindo VGBL) foram de R$ 2.977.872 (R$ 2.231.021, no mesmo período do ano anterior), um acréscimo de 33,5%. Os custos de aquisição foram de R$ 113.700 (R$ 116.873, no mesmo período de 2020), representando uma redução de 2,7%.

Em 2021, os valores de portabilidade, líquidos, foram de R$ 1.813.869 (R$ 1.016.067 em 2020), sendo R$ 7.006.865 (R$ 5.685.479 em 2020) de valores que ingressaram na Companhia, oriundos do mercado, e R$ 5.192.996 (R$ 4.669.412 em 2020) de valores que saíram da Companhia, para as concorrentes. Já os valores pagos em benefícios aos segurados, foi de R$ 8.062.652 em 2021 (R$ 6.942.854 em 2020).

O índice de comissionamento ficou em 3,8% em 2021, contra 5,2% no ano anterior.

3.3. Despesas administrativas

Durante o ano de 2021, as despesas administrativas ocorridas foram de R$ 336.186 (R$ 276.186, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 21,7%. Este aumento ocorreu principalmente em função de novas contratações para suportar o crescimento da Companhia, investimentos em projetos importantes de inovação, como a implantação de um novo sistema financeiro integrado, a implementação do IFRS 17 – *Insurance Contracts*, nova regra contábil internacional para o mercado de seguros a partir de 2023, o Sistema de Registro Operacional (SRO), o *Open Insurance*, entre outros. Adicionalmente, há o investimento feito na mudança da matriz do Grupo Icatu para a nova sede, no moderno prédio *Aqwa Corporate*, situado no Porto Maravilha, na capital da cidade do Rio de Janeiro, que ocorreu em 2021.

3.4. Resultado financeiro e solvência

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, no ano de 2021, foram de R$ 160.379 (R$ 93.540, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 71,5%. A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros – Selic – e dos índices de inflação – IPCA e IGPM – que afetaram positivamente as aplicações financeiras da companhia.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R$ 312.572, em 31 de dezembro de 2021 (R$ 292.896 em 31 de dezembro de 2020), 120% de suficiência de capital (139% em 31 de dezembro de 2020).

4. Novos negócios

Em continuidade com a estratégia de expansão em todas as linhas que atua, o Grupo Icatu firmou acordo com a Caixa Econômica Federal (CEF) para a criação da empresa XS4 Capitalização S.A. (XS4), que a Icatu Seguridade S.A. participa com 25% do capital total. A XS4 terá a exclusividade de vinte anos na distribuição dos produtos de capitalização nas agências e correspondentes bancários da CEF. A XS4 começou a operar no final do mês de junho de 2021.

A Icatu Seguridade S.A. é controlada integral e indireta da Icatu Seguros S.A., que também controla integral e diretamente da Icatu Capitalização S.A. A XS4 é um novo negócio que adiciona mais força ao segmento de capitalização do Grupo Icatu.

5. ASG – Ambiental, Social e Governança

Durante o ano de 2021, a contribuição da Companhia retornou à sociedade, R$ 147.787 (R$ 125.112 no mesmo período de 2020) em verbas salariais aos colaboradores, R$ 79.181 (R$ 67.243 no mesmo período de 2020) pagos à serviços de terceirizados, R$ 21.999 (R$ 62.296 no mesmo período de 2020) em tributos indiretos e R$ 93.758 (R$ 23.945 no mesmo período de 2020) em tributos diretos.

A política de recursos humanos tem proporcionado ao Grupo Icatu figurar entre as melhores em seu segmento de mercado, sendo reconhecida por seus funcionários, pela sétima vez consecutiva, como uma das melhores empresas para trabalhar no Brasil, pelo Ranking *Great Place to Work* (GPTW) 2021. Figurou entre as 30 melhores empresas de grande porte, categoria de mil a 9.999 funcionários, subindo 19 posições, comparado ao ranking de 2020. Este reconhecimento é feito após ter sido eleita a segunda melhor empresa para trabalhar, pelo GPTW Rio de Janeiro, e também como uma das melhores empresas para trabalhar entre as grandes seguradoras, pelo levantamento do GPTW Instituições Financeiras.

Adicionalmente, foi eleita pela terceira vez consecutiva como a melhor empresa em satisfação do cliente no segmento de seguros de vida, previdência e capitalização, de acordo com o Ranking 2021 do Instituto MESC, especialistas em gestão da satisfação do cliente. O levantamento recebeu mais de 10 milhões de opiniões de clientes e analisou mais de 10 mil empresas, em 117 segmentos de mercado.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

6. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras.

As seguintes empresas do Grupo Icatu são auditadas: Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A., Vanguardacap Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e XS4 Capitalização S.A., semestralmente, e Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda; Banrisul Icatu Participações S.A., Icatu Consultoria de Investimentos S.A. e Icatu Assessoria S.A., anualmente.

A Deloitte Touche Tohmatsu Consultores atua na auditoria atuarial das companhias de seguros, reguladas pela SUSEP.

7. Agradecimentos

A Icatu Seguros S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
CIRCULANTE		**45.073.957**	**42.337.432**
Disponível		**99.173**	**99.343**
Caixa e Bancos		94.565	86.101
Equivalente de Caixa	**Nota 5**	4.608	13.242
Aplicações	**Nota 5**	**44.304.117**	**41.748.901**
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		**269.347**	**212.210**
Prêmios a Receber	**Nota 6**	208.405	169.396
Operações com Seguradoras		9.996	3.328
Operações com Resseguradoras		50.946	39.486
Créditos das Operações com Previdência Complementar		**158**	**150**
Outros Créditos Operacionais	**Nota 7**	**64.057**	**62.363**
Ativos de Resseguro	**Nota 8**	**76.388**	**61.590**
Títulos e Créditos a Receber		**119.715**	**72.518**
Títulos e Créditos a Receber	**Nota 9**	96.780	56.142
Créditos Tributários e Previdenciários	**Nota 10.1**	21.798	14.902
Outros Créditos		1.137	1.474
Despesas Antecipadas		**163**	**59**
Custos de Aquisição Diferidos		**140.839**	**80.298**
Seguros	**Nota 18**	139.425	78.852
Previdência	**Nota 19**	1.414	1.446
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**3.771.178**	**2.864.408**
Realizável a Longo Prazo		**2.952.960**	**1.760.403**
Aplicações	**Nota 5**	**2.021.229**	**1.353.492**
Ativos de Resseguro	**Nota 8**	**38.551**	**36.856**
Títulos e Créditos a Receber		**461.048**	**307.763**
Créditos Tributários e Previdenciários	**Nota 10.2**	258.565	73.014
Depósitos Judiciais e Fiscais	**Nota 22.4**	202.052	208.210
Outros créditos		431	26.539
Empréstimos e Depósitos Compulsórios		**3.516**	**-**
Outros Valores e Bens	**Nota 11**	**290.791**	**-**
Custos de Aquisição Diferidos		**137.825**	**62.532**
Seguros	**Nota 18**	130.598	55.548
Previdência	**Nota 19**	7.227	6.984
Investimentos	**Nota 12**	**456.097**	**630.294**
Imobilizado	**Nota 13**	**43.565**	**26.638**
Intangível	**Nota 14**	**318.556**	**446.833**
TOTAL DO ATIVO		**48.845.135**	**45.201.840**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO			
CIRCULANTE		**7.173.023**	**6.525.361**
Contas a Pagar		**143.778**	**186.598**
Obrigações a Pagar	**Nota 15**	77.814	89.816
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		33.977	29.526
Encargos Trabalhistas		13.644	13.249
Impostos e Contribuições		2.873	3.305
Outras Contas a Pagar		15.470	50.702
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		**147.989**	**124.735**
Prêmios a Restituir		2.188	1.888
Operações com Seguradoras	**Nota 16**	11.872	9.606
Operações com Resseguradoras	**Nota 16**	54.547	41.006
Corretores de Seguros e Resseguros	**Nota 16**	78.753	71.744
Outros Débitos Operacionais		629	491
Débitos de Operações com Previdência Complementar		**728**	**2.793**
Depósitos de Terceiros	**Nota 17**	**103.331**	**32.018**
Provisões Técnicas - Seguros	**Nota 18**	**4.346.952**	**3.880.078**
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	**Nota 19**	**2.397.817**	**2.299.139**
Planos Não Bloqueados		129.687	133.104
PGBL/PRGP		2.268.130	2.166.035
Outros Débitos		**32.428**	**-**
Passivo de Arrendamento	**Nota 11**	32.428	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**40.088.731**	**37.023.230**
Contas a Pagar		**190.828**	**203.857**
Obrigações a Pagar	**Nota 15**	27.091	38.614
Outras Contas a Pagar	**Nota 22.3**	163.737	165.243
Provisões Técnicas - Seguros	**Nota 18**	**23.947.373**	**22.119.512**
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	**Nota 19**	**15.679.105**	**14.686.770**
Planos Não Bloqueados		663.104	534.423
PGBL/PRGP		15.016.001	14.152.347
Outros Débitos		**271.425**	**13.091**
Provisões Judiciais	**Nota 22.2**	13.365	13.091
Passivo de Arrendamento	**Nota 11**	258.060	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota 23**	**1.583.381**	**1.653.249**
Capital Social		590.350	590.350
Aumento de Capital Social em Aprovação		50.000	-
Reservas de Capital		35.577	35.577
Reservas de Lucros		1.022.867	944.394
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(115.413)	82.928
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**48.845.135**	**45.201.840**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos		2.334.328	1.806.695
Contribuições para Cobertura de Riscos		12.078	10.806
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		(270.411)	(121.174)
Prêmios Ganhos	**Nota 26 a)**	**2.075.995**	**1.696.327**
Sinistros Ocorridos	Nota 26 b)	(1.297.706)	(703.562)
Custos de Aquisição	Nota 26 c)	(674.470)	(548.626)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 26 d)	(17.983)	(72.370)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		**85.836**	**371.769**
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	**Nota 26 e)**	**13.103**	**3.692**
Rendas de Contribuições e Prêmios		3.682.913	3.499.838
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(705.041)	(1.268.817)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	**Nota 26 f)**	**2.977.872**	**2.231.021**
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		2.200	-
Variação de Outras Provisões Técnicas	Nota 26 g)	(2.977.371)	(2.272.119)
Custo de Aquisição	Nota 26 h)	(113.700)	(116.873)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(326)	(5.689)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		**(111.325)**	**(163.660)**
Despesas Administrativas	**Nota 26 i)**	**(336.186)**	**(276.186)**
Despesas com Tributos	**Nota 26 j)**	**(23.465)**	**(65.257)**
Resultado Financeiro	**Nota 26 k)**	**160.379**	**93.540**
Resultado Patrimonial	**Nota 12**	**218.283**	**324.877**
RESULTADO OPERACIONAL		**6.625**	**288.775**
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes		(12.464)	82
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**(5.839)**	**288.857**
Imposto de Renda	Nota 27	57.957	13.399
Contribuição Social	Nota 27	34.335	7.585
Participações sobre o Lucro	Nota 27	(7.980)	(17.469)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**78.473**	**292.372**
Quantidade de Ações	**Nota 23.1**	**93.983.477**	**90.990.969**
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R$		**0,83**	**3,21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**78.473**	**292.372**
Ajustes que poderão ser reconhecidos como receitas ou despesas futuramente:		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**(85.461)**	**(69.534)**
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(142.435)	(115.890)
Efeito dos Impostos - IR	35.609	28.972
Efeito dos Impostos - CSLL	21.365	17.384
Parcela de resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas	**(110.441)**	**(553)**
Efeito dos Tributos – IRPJ	(2.921)	-
Efeito dos Tributos - CSLL	(1.753)	-
Parcela de outros resultados abrangentes	2.235	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**(119.868)**	**222.285**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	**78.473**	**292.372**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	69.393	36.635
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	12.464	(82)
Despesas de juros	6.732	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(221.120)	(324.877)
Resultado de Outras Operações	5.537	-
Variação das Provisões Técnicas - Seguros	9.230.347	7.905.835
Variação das Provisões Técnicas - Previdência	3.466.241	3.759.521
Variação de Impostos Sobre o Lucro	(432)	44.624
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações Financeiras	(3.365.388)	(3.907.063)
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	(57.137)	(12.033)
Créditos das Operações com Previdência Complementar	(8)	(10)
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	(16.493)	(13.341)
Créditos Tributários e Previdenciários	(6.896)	(444)
Ativo Fiscal Diferido	(128.577)	(67.340)
Depósitos Judiciais e Fiscais	6.158	50.735
Despesas Antecipadas	(104)	(29)
Outros Valores e Bens – Direito de Uso	(290.791)	-
Custos de Aquisição Diferidos	(135.834)	(48.996)
Outros Ativos	(97.315)	(112.194)
Outras Contas a Pagar	(62.149)	(34.788)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	23.254	(33.298)
Débitos de Operações com Previdência Complementar	(2.065)	323
Depósitos de Terceiros	71.313	(39.984)
Provisões Técnicas - Seguros	(6.935.612)	(5.659.914)
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	(2.375.228)	(2.056.059)
Outros Débitos - Provisões Judiciais	261.497	(336)
Outros passivos	-	(70.086)
Caixa Consumido pelas Operações	**(463.740)**	**(290.829)**
Impostos Sobre o Lucro Pagos	-	(46.947)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	**(463.740)**	**(337.776)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	124.355	-
Intangível	152.295	30
Imobilizado	39.117	-
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(56.335)	-
Imobilizado	(67.308)	(7.018)
Intangível	(10.118)	(191.152)
Recebimento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	202.299	325.769
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	**384.305**	**127.629**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	(795)
Aumento de capital	50.000	90.350
Pagamento de passivo por arrendamento	29.265	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	**79.265**	**89.555**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(170)**	**(120.592)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**99.343**	**219.935**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**99.173**	**99.343**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

		Reservas de Capital				Reservas de Lucros				
	Capital Social	Aumento de capital em Aprovação	Reserva de Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial para Dividendos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**500.000**	**–**	**34.659**	**918**	**100.000**	**552.022**	**–**	**153.015**	**–**	**1.340.614**
Aumento de capital aprovado em AGE 31 de março de 2020	90.350	–	–	–	–	–	–	–	–	90.350
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	–	–	–	–	–	–	–	(69.534)	–	(69.534)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	–	–	–	–	–	–	–	(553)	–	(553)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	292.372	292.372
Destinação do Lucro Líquido:										
Constituição de Reserva Legal	–	–	–	–	14.619	–	–	–	(14.619)	–
Constituição de Reserva Estatutária	–		–	–	–	277.753	–	–	(277.753)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**590.350**	**–**	**34.659**	**918**	**114.619**	**829.775**	**–**	**82.928**	**–**	**1.653.249**
Aumento de Capital em Aprovação - AGE 31 de agosto de 2021	–	50.000	–	–	–	–	–	–	–	50.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	–	–	–	–	–	–	–	(85.461)	–	(85.461)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	–	–	–	–	–	–	–	(112.880)	–	(112.880)
Reserva Especial para Dividendos 2020	–	–	–	–	–	(277.753)	277.753	–	–	–
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	78.473	78.473
Destinação do Lucro Líquido:										
Constituição de Reserva Legal	–	–	–	–	3.451	–	–	–	(3.451)	–
Reserva Especial para Dividendos 2021	–	–	–	–	–	–	75.022	–	(75.022)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**590.350**	**50.000**	**34.659**	**918**	**118.070**	**552.022**	**352.775**	**(115.413)**	**–**	**1.583.381**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras são individuais e a Icatu Seguros S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Icatu" ou "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Icatu Seguros S.A. tem como controladora a Nalbrapar Participações Ltda. A seguir, a demonstração da quantidade de ações pertencente aos acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2021:

	ON	%	PN	%	Total	%
Icatu Holding S.A.	25.333.657	31,10%	6.255.263	50,00%	31.588.920	33,61%
Nalbrapar LTDA	44.202.229	54,25%	6.255.703	50,00%	50.457.932	53,69%
Pessoas Físicas	11.936.625	14,65%	-	0,00%	11.936.625	12,70%
Total	**81.472.511**	**100,00%**	**12.510.966**	**100,00%**	**93.983.477**	**100,00%**

Na nota 12 há detalhamentos sobre as controladas e coligadas da Companhia.

1.2. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados reduziu consideravelmente. Os casos de óbitos decorrentes de COVID impactaram, de forma relevante, a sinistralidade das empresas de seguros de pessoas. A Companhia também teve sua sinistralidade impactada, afetando o seu resultado no ano de 2021. Dados da SUSEP indicam que a sinistralidade do mercado de vida em grupo e vida individual saltou de 49,8%, em 2020, para 70,9% em 2021. Por outro lado, a pandemia também gerou uma procura maior por seguro de vida, influenciando o crescimento dos prêmios.

Em 2021, a Companhia apresentou um crescimento em seus prêmios ganhos no seguro vida de 22,4%, com R$2.075.995 contra R$1.696.327, no ano anterior. Seu comissionamento, de 32,5%, manteve-se estável, sendo de R$674.470 em 2021 e R$548.626 em 2020, mas a sinistralidade, que em 2020 era de 41,5%, aumentou para 62,5%, saindo de uma despesa de R$703.562 em 2020, para uma despesa de R$1.297.706 em 2021. Na rubrica de Sinistros Ocorridos, o impacto confirmado da pandemia de COVID foi de R$ 356.362. As demais rubricas não tiveram impactos relevantes.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda observada nos óbitos ao longo do último trimestre de 2021.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no ano de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como "Valor Justo por Meio do Resultado", bem como na variação no patrimônio líquido daqueles ativos marcados como "Disponíveis para Venda". A taxa básica de juros aumentou sete vezes consecutivas até o final de dezembro, encerrando em 9,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária "COPOM" iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC da Companhia. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas e os passivos sensíveis a variações nas taxas de juros foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros. Ainda, tanto os instrumentos financeiros quanto os passivos indexados à inflação foram afetados pela elevação do IPCA e, principalmente, do IGP-M observados ao longo deste ano. Cabe destacar que a estratégia de investimentos em instrumentos financeiros indexados à inflação impactou de forma positiva e relevante o resultado do ano de 2021.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Companhia faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

A Companhia vem acompanhando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária às adaptações que o momento incomum requer. Adicionalmente, o sólido relacionamento construído com seus parceiros comerciais, a resiliência e dedicação dos colaboradores, garantem à Companhia e a todo o Grupo Icatu a certeza de continuarem cuidando de pessoas, na certeza de garantir aos seus segurados uma ótima qualidade de "vida, pra toda vida".

1.2. Transação entre sócios – Venda da participação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul)

Em 30 de setembro de 2021, a Icatu Seguros S.A. vendeu a operação com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) para a sua controlada Icatu Consultoria e Investimentos S.A. Esse processo compreendeu a venda da participação de 50,01% na Banrisul Icatu Participações S.A., pelo valor contábil no montante de R$ 124.355, e o intangível referente a exclusividade de vendas de seguro e capitalização no canal bancário do Banrisul, pelo montante de R$ 150.860, totalizando R$ 275.215. Apesar de ter ocorrido no final de setembro de 2021, a operação é retroativa ao início do mês.

1.3. Arrendamentos mercantis

O Pronunciamento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia analisou todos os contratos de arrendamento e foram identificados 69 contratos de arrendamentos e leasing, que estão enquadrados nas seguintes categorias: Veículos, Equipamentos e Imóveis. Na avaliação efetuada temos o montante estimado de aproximadamente R$ 260 milhões nos ativos da companhia.

Em linha com o permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise:

(i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e

(ii) contratos com valores inferiores a U$D 5 mil (R$ 28 mil).

A Companhia adotou o IFRS 16 (CPC 06 R2) em 1º de janeiro de 2021 como referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 22/09/2020.Na transição a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige comparabilidade na apresentação das informações de períodos anteriores.

Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no balanço patrimonial:	Valores antes da Adoção do CPC 06 em 31/12/2020	Ajuste	Valores Após a adoção do CPC 06 R2 em 01/01/2021
Ativo			
Circulante	42.337	–	42.337
Não Circulante	2.883	–	2.883
Direito de uso - IFRS 16	–	**260**	**260**
	45.220	260	45.480
Passivo			
Circulante	(6.525)	–	(6.525)
Arrendamento Mercantil a Pagar - IFRS 16	**–**	**(23)**	**(23)**
Não Circulante	(37.023)	–	(37.023)
Arrendamento Mercantil a Pagar - IFRS 16	**–**	**(237)**	**(237)**
Patrimônio Líquido	(1.672)	–	(1.672)
	(45.220)	**(260)**	**(45.480)**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Na análise realizada pela Companhia, foram identificados sessenta e nove contratos de arrendamento mercantil elegíveis ao registro contábil conforme o pronunciamento, que somam aproximadamente R$ 260.000, registrados inicialmente no ativo da Companhia, distribuídos nas seguintes categorias: (i) veículos, (ii) equipamentos e (iii) imóveis. Adicionalmente, foram desconsiderados do escopo de análise, conforme prevê o pronunciamento: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a doze meses) e (ii) contratos com valores inferiores a US$ 5.000 (aproximadamente R$ 28.000), conforme cotação do dólar em 31 de dezembro de 2021.

Os contratos de arrendamento mercantil são capitalizados no início dos contratos na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida no Passivo de Arrendamento, segregados entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos previstos em cada contrato. A depreciação é calculada e apropriada ao resultado de forma linear, conforme prazo do contrato, e os juros financeiros dos contratos são apropriados ao resultado, em despesa financeira.

Os custos iniciais diretos, incorridos na transação, são somados aos valores registrados contabilmente na rubrica Outros Valores e Bens – Ativos de Direitos de Uso, no ativo, e o passivo, na rubrica Outros Débitos - Passivos de Arrendamento, e apropriados ao resultado pelo prazo do contrato.

A taxa adotada pela Companhia, ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, considera o custo de captação baseado em índice prontamente observável, somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se as garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para as seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, foram adotadas as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Para obtermos o *rating*, utilizamos um grau de investimento para a Companhia, para assim utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- O *Capital Rate* do imóvel da matriz foi aplicado, como *spread*.
- Foram consideradas as parcelas dos arrendamentos.

2. Base de Preparação e Divulgação

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias reguladas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº432 de 12 de novembro de 2021 e as Circulares SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa (notas 3.3 e 5).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (notas 3.4.2 e 5).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.14, 18 e 19).

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão.
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.
- Os sinistros, constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nºs 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. No entanto, há exceções para alguns instrumentos financeiros que não são ativa e frequentemente negociados, mas são classificados nessa categoria, de acordo com a estratégia de investimentos da Companhia.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis".

3.4.3. Mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto que os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios – 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", no resultado do período.

3.7. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil média de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias, são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (20% a 5% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas Administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica "Resultado Patrimonial", no momento da baixa do ativo.

3.8. Investimentos

As participações acionárias em coligadas e controladas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica "Resultado Patrimonial".

Ganhos e perdas resultantes da venda de um investimento são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil, líquido da redução ao valor recuperável, quando houver, e são reconhecidos na rubrica "Resultado Patrimonial", no momento da baixa do ativo.

3.9. Redução ao valor recuperável

3.9.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A redução ao valor recuperável dos recebíveis (prêmios a receber de segurados) é calculada para os ramos de vida, baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência.

3.9.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.10. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

3.10.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.10.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisado (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente. Esta constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.11. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo "CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto a qualquer tempo, mediante qualquer alteração, de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal, cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independentes da probabilidade de perda. As Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante, mas as provisões de natureza cível vinculadas a contratos de seguros, estão contabilizadas na "Provisão de Sinistros a Liquidar", no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

Quando necessário o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas, são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, Tribunal e Região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.12. Benefícios a empregados

Através do plano de contribuição variável, a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de Curto Prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano e (ii) incentivo de Longo Prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos Executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. O programa de longo prazo prevê a remuneração diferida em cinco anos e duração máxima de sete anos. A metodologia utilizada leva em consideração o Lucro Líquido antes do Imposto (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.13. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazos, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos a resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.14. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.14.1. Provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, Vida com Remuneração Garantida e Performance – VRGP e Fundo Garantidor de Benefício - FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida previstas para os planos do tipo FGB e VRGP.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de benefício definido e em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.14.2. Provisões matemáticas de benefícios concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.14.3. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das demonstrações financeiras e ainda pendentes de pagamento.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL, a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo:

- os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e
- os ajustes de IBNER judicial, calculados conforme percentual histórico de perdas dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

ICATU

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.
Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente.

3.14.4. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ou eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras, sendo que:
(I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência.
(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.
(III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não citados. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais.
Além da metodologia descrita acima, os sinistros vinculados a pandemia são analisados separadamente, tendo seu valor apurado baseado diretamente ao resultado do triângulo de *run-off*, de forma que o saldo final da provisão é composto pelas duas parcelas citadas:
(a) Metodologia referente aos sinistros desvinculados de COVID, com base no descritivo dos itens (I), (II) e (III); e
(b) Metodologia baseada em resultado do triangulo de *run-off* direcionado aos sinistros de COVID.

3.14.5. Provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método pro rata die, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos.
A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios.
A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira. Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor R$ 200 mil, o método de *Chain-Ladder* é utilizado, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses. Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas "n" emissões de cada apólice. Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.14.6. Provisão de excedente financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.14.7. Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, as devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e as portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações financeiras.

3.14.8. Provisão de despesas relacionadas (PDR)

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos baseados em atividades (ABC, *Activity Based Costing*), identificando as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (*Allocated Loss Adjustment Expenses* – ALAE) quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (*Unallocated Loss Adjustment Expenses* – ULAE).

3.14.9. Provisão de excedente técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.14.10. Provisão complementar de cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.16.

3.15. Teste de adequação dos passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente, é analisada, através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa, consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.
Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado.
Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros – ETTJ).
Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021-m e BR-EMSsb-V.2021-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos, observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.
Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes em dezembro/2021. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.
Para os produtos de previdência estruturados na modalidade de benefício definido (BD) (previdência tradicional e vida inteira) e para os benefícios já concedidos, foi deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria "mantido até o vencimento".

Resultado do cálculo do TAP

• Planos de benefícios definidos (BD) e benefícios concedidos

O quadro a seguir demonstra o resultado do TAP:

Icatu Seguros S.A.	31/12/2021	31/12/2020
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	1.063.752	1.010.692
Provisões técnicas na data base*	(946.168)	(765.730)
Resultado do TAP	**117.584**	**244.962**
Valor contábil dos "títulos mantidos até o vencimento"	1.124.687	992.000
Valor de mercado (ETTJ - SUSEP) dos "títulos mantidos até o vencimento"	(1.164.090)	(1.185.464)
Diferença entre valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	**(39.403)**	**(193.464)**
Resultado do TAP	**78.181**	**51.498**

(*) Planos BD e Benefícios Concedidos
Na Companhia, o resultado do TAP em 31 de dezembro de 2021 apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro no valor de R$ 117.584 (R$ 244.962 em 31 de dezembro de 2020). A dedução da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, classificados na categoria "mantido até o vencimento", possibilitou a redução da insuficiência para R$ 78.181 (R$ 51.498 em 31/12/2020), valores que foram utilizados na constituição da PCC (vide nota 3.14.10).
Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

O registro contábil dos dividendos nas demonstrações financeiras acontece quando são efetivamente distribuídos ou quando têm sua distribuição aprovada pelos acionistas, em uma assembleia geral, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração aprecia as demonstrações financeiras anuais e apresenta à assembleia geral a proposta de distribuição do resultado do exercício. O registro contábil desses dividendos é refletido no patrimônio líquido da Companhia, sendo àqueles obrigatórios reconhecidos como passivo circulante. Os dividendos obrigatórios podem deixar de ser pagos, se tal determinação for decidida em assembleia geral, obedecendo as exigências legais, em casos específicos.
Os Juros Sobre o Capital Próprio, assemelham-se aos dividendos por serem uma modalidade de remuneração de capital próprio, com benefícios fiscais limitados. O teto do benefício é apurado a partir de cálculos determinados na legislação em vigor, e os pagamentos dentro deste limite podem ser registrados como despesa, no resultado do exercício da Companhia, incidindo sobre o montante pago o imposto de renda retido na fonte com alíquota de 15%. Essa troca de tributação por uma incidência de imposto de renda menor é o benefício fiscal que difere os JSCP dos dividendos e visam incentivar o investimento no mercado de ações.

3.17. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.
Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota 3.21.

3.18. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de Adequação de Passivos (TAP), cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Essas premissas foram revisadas desde 2021 considerando qualquer agravamento que a pandemia de COVID pudesse provocar. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.
Adicionalmente, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de negócios, a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos identificados pode ser realizada de forma provisória, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até um ano após a data de aquisição. A contabilização da combinação de negócios requer que a Companhia exerça julgamento crítico em relação à determinação do valor justo dos ativos e passivos dos negócios que estão sendo adquiridos. Nesse sentido, a Companhia assume premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas das premissas utilizadas poderão impactar os negócios e os resultados esperados podem divergir materialmente dos valores estimados na data da aquisição do controle.
O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.19. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

3.19.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023, conforme *amendment* do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Companhia realizou o teste requerido pelo *amendment* e adotará de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.
O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3.19.2. CPC 50 – Contratos de seguros

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração (*BBA – Business Block Approach*); (ii) modelo de taxa variável (*VFA – Variable Fee Approach*); (iii) abordagem de alocação de prêmio (*PPA – Premium Allocation Approach*). Os modelos "i" e "ii" são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo "iii" é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 01 de janeiro de 2023, mediante à aprovação da SUSEP.
O Grupo Icatu iniciou o Programa de Implementação dessa norma com frentes integradas de trabalho envolvendo as áreas de Tecnologia, Dados, Contabilidade e Atuarial. Os possíveis impactos de mensuração de seus contratos, decorrentes desta Implementação serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma."

3.20. Combinação de negócios

A aquisição por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (*goodwill*). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em Outras Receitas Operacionais. Os custos de transação que a Companhia incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações financeiras desde a data de aquisição até o fim do período. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o período são incluídos nas demonstrações financeiras desde o início do período até a data da alienação, ou até a data em que a Companhia deixou de exercer o controle.

3.21. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.
Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:
• Utilizamos como rating, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.
• Utilizamos o Capital Rate do imóvel da matriz como spread.
• Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.
A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.
Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.
A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Circular SUSEP 521, de 24 de novembro de 2015, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.
Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise dos comitês de gestão de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.
O gestor de riscos organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em quatro etapas, sendo elas identificação e revisão, mensuração, manutenção e tratamento de riscos. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu utiliza o sistema de controles internos que é composto pelos processos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira das empresas do Grupo Icatu e avaliar a eficiência do seu funcionamento.
De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das Companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

1. Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.
2. Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas de defesa, conforme melhor explicado abaixo:
   - As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
   - A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.

3. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser crítico, severo, moderado e reduzido.
O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. Ele é apurado através de simulações em um horizonte de um ano para os Capitais Regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), utilizando-se cenários base e de *stress*, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de *stress*.
Todas as Diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.
Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.
Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em "Investimentos de Alto Risco" e "Investimentos de Baixo Risco", conforme *rating* nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: *Standard and Poor's, Fitch e Moody's*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, R$ 2.004.607 / 80,06% (1.612.933 / 76,47% em 31/12/2020) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R$ 99.028 (R$ 126.447 em 31 de dezembro de 2020).
Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R$ 43.826.082 (R$ 41.006.370 em 31 de dezembro de 2020).
Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R$ 276.765 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 350.367 em 31 de dezembro de 2020). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas Políticas de Investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.
O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Standard and Poor's, Fitch e Moody's*. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.
A Companhia adquiriu ativos de crédito privado diretamente durante ano de 2021, com o objetivo de buscar maiores rentabilidades.

	31/12/2021			
Rating	**DPGE**	**Letra Financeira**	**Debênture**	**Total**
AAA	11.712	102.494	9.851	124.671
Total	**11.284**	**104.505**	**9.686**	**125.475**

4.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, o Grupo Icatu adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua política de resseguro, documento formal, aprovado e publicado pelos comitês do Grupo Icatu, onde estão definidas as regras gerais a serem observadas no processo de contratação de operações de resseguro.
Vale observar, ainda, que o Grupo Icatu possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.
O Grupo Icatu opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro do Grupo Icatu é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de Seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.
No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro, em 31 de dezembro de 2021:

Tipo Ressegurador	Rating	Exposição (R$)	Exposição (%)
Admitida	A+ pela Standard & Poor's	3.210	1,94%
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	13.145	7,93%
Eventual	A- pela Standard & Poor's	102	0,06%
Local	AA- pela Standard & Poor's	113.207	68,24%
Local	A- pela A. M. Best Company	9.874	5,95%
Local	B++ pela A. M. Best Company	26.346	15,88%
Total		**165.884**	**100,00%**

4.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado decorrem da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.
Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.
O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.
O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.
A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:
(I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 (um) mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.
(II) *DV01* (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.
No quadro a seguir são apresentadas, para a Companhia:
- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia *EWMA*.

	31/12/2021				31/12/2020			
Fatores de Risco	**DIV-01**	**EWMA**	**VAR**	**Exposição**	**DIV-01**	**EWMA**	**VAR**	**Exposição**
Pré-fixado	(54)	88%	7.022	159.243	4	93%	349	16.801
IGPM	(561)	98%	37.984	969.573	573	91%	54.857	985.205
IPCA	(1.163)	99%	57.508	1.111.655	1.053	99%	51.913	804.944
Ações	-	96%	-	-	-	96%	205	1.440

4.1.3. Risco de liquidez

Consiste na possibilidade das companhias do Grupo Icatu não responderem aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A administração possui visibilidade diária da carteira de cada companhia do Grupo Icatu e, sempre que necessário, realiza ajustes na posição dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez de cada uma das companhias.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM – Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, em conformidade com as exigências regulatórias da SUSEP.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

	31/12/2021			
Ativos e passivos	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Caixa e bancos	94.565	–	–	94.565
Equivalente de Caixa	4.608	–	–	4.608
Aplicações Financeiras	17.503.399	4.756.364	24.065.583	46.325.346
Crédito das operações	269.505	–	–	269.505
Ativos de resseguro	76.388	11.166	27.385	114.939
Títulos e créditos a receber	119.715	463.648	–	583.363
Total de ativos	**18.068.180**	**5.231.178**	**24.092.968**	**47.392.326**
Contas a pagar	150.278	190.828	–	341.106
Provisões Técnicas	6.744.769	6.879.491	32.746.987	46.371.247
Débito das operações	148.717	–	–	148.717
Depósitos de terceiros	103.331	–	–	103.331
Total de passivos	**7.147.095**	**7.070.319**	**32.746.987**	**46.964.401**

	31/12/2020			
Ativos e passivos	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Caixa e bancos	86.101	–	–	86.101
Equivalente de Caixa	13.242	–	–	13.242
Aplicações Financeiras	16.277.567	5.290.538	21.534.288	43.102.393
Créditos das operações	212.360	–	–	212.360
Ativos de resseguro	61.590	12.331	24.525	98.446
Títulos e créditos a receber	72.518	307.763	–	380.281
Total de ativos	**16.723.378**	**5.610.632**	**21.558.813**	**43.892.823**
Contas a pagar	186.598	203.857	–	390.455
Provisões Técnicas	6.179.217	6.362.961	30.443.321	42.985.499
Débitos das operações	127.528	–	–	127.528
Depósitos de terceiros	32.018	–	–	32.018
Total de passivos	**6.525.361**	**6.566.818**	**30.443.321**	**43.535.500**

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.4. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e *compliance*. A gestão desses riscos integra a Gestão de Riscos Corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de c*ompliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

Com relação ao impacto da Pandemia COVID-19, a gestão dos riscos operacionais foi efetuada com eficácia de maneira a mitigar as exposições críticas a níveis reduzidos. Para isso, o Grupo Icatu rapidamente estabeleceu um modelo híbrido de trabalho para os colaboradores, respeitando todos os protocolos de segurança, como distanciamento social, proteção individual, comunicados educativos e assistência médica. Os colaboradores puderam, e ainda podem acessar todos os recursos necessários para a boa execução de seu trabalho de maneira remota, com utilização de boas práticas de Segurança da Informação como acesso à VPN, duplo fator de autenticação, monitoramento de estações de trabalho, atualizações constantes dos dispositivos, gestão de incidentes, entre outros.

4.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas do Grupo Icatu, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos do Grupo Icatu tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pelo Grupo Icatu influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração do Grupo Icatu, formalizadas na política de subscrição de riscos e de resseguro. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo Icatu visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

O Grupo Icatu subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo Icatu cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo Icatu possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região, da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2021					
Ramo/região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida em Grupo	52.295	138.413	19.676	407.134	604.531	1.222.049
Prestamistas	7.428	35.398	18.392	92.816	302.663	456.697
Acidentes Pessoais	3.546	3.567	13.828	102.081	57.801	180.823
Vida Individual	756	4.268	3.470	35.955	2.608	47.057
Outros	1.018	17.070	785	31.584	118.912	169.369
Total Seguros	**65.043**	**198.716**	**56.151**	**669.570**	**1.086.515**	**2.075.995**
Previdência	35.074	124.840	7.656	2.532.143	278.159	2.977.872
Total Previdência	**35.074**	**124.840**	**7.656**	**2.532.143**	**278.159**	**2.977.872**

	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2020					
Ramo/região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida em Grupo	40.591	56.338	10.947	383.178	532.032	1.023.086
Prestamistas	6.315	9.531	8.470	85.842	278.871	389.029
Acidentes Pessoais	2.450	7.332	5.084	86.808	44.342	146.016
Vida Individual	634	9.138	2.620	19.933	4.741	37.066
Outros	801	9.030	481	30.355	60.463	101.130
Total Seguros	**50.791**	**91.369**	**27.602**	**606.116**	**920.449**	**1.696.327**
Previdência	27.072	101.024	5.215	1.916.514	181.196	2.231.021
Total Previdência	**27.072**	**101.024**	**5.215**	**1.916.514**	**181.196**	**2.231.021**

	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2021					
Ramo/região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida em Grupo	51.740	138.003	19.476	385.557	595.439	1.190.215
Prestamistas	7.428	35.380	18.392	92.811	285.444	439.455
Acidentes Pessoais	3.505	3.467	13.755	98.761	56.402	175.890
Vida Individual	629	3.784	3.204	26.727	2.084	36.428
Outros	1.010	16.728	779	31.115	113.785	163.417
Total Seguros	**64.312**	**197.362**	**55.606**	**634.971**	**1.053.154**	**2.005.405**
Previdência	35.074	124.840	7.656	2.532.143	278.159	2.977.872
Total Previdência	**35.074**	**124.840**	**7.656**	**2.532.143**	**278.159**	**2.977.872**

	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2020					
Ramo/região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**
Vida em Grupo	40.254	56.108	10.943	363.410	524.903	995.618
Prestamistas	6.315	9.531	8.412	84.122	268.802	377.182
Acidentes Pessoais	2.397	6.984	4.804	76.762	42.546	133.493
Vida Individual	513	9.138	2.489	17.142	3.123	32.405
Outros	722	8.904	467	29.400	57.364	96.857
Total Seguros	**50.201**	**90.665**	**27.115**	**570.836**	**896.738**	**1.635.555**
Previdência	27.072	101.024	5.215	1.916.514	181.196	2.231.021
Total Previdência	**27.072**	**101.024**	**5.215**	**1.916.514**	**181.196**	**2.231.021**

4.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital solida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.7. Riscos Estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como Equivalentes de Caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R$ 4.608 (R$ 13.242 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R$ 937.582 (R$ 352.706 em 31 de dezembro de 2020). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R$ 189.998 (R$ 70.087 em 31 de dezembro de 2020), apresentado no item seguinte.

O circulante é composto pela totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e o total dos ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses, das outras duas categorias. Os equivalentes de Caixa estão em rubrica separada e os demais instrumentos financeiros, estão no não circulante:

		31/12/2021							
	Taxas contratadas	**Sem vencimento**	**Até 12 meses**	**De 13 a 60 meses**	**Acima de 60 meses**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**	**Percentual contábil das aplicações**	**Percentual de mercado das aplicações**
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		**276.765**	**-**	**-**	**-**	**276.765**	**276.765**	**0,60%**	**0,60%**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos		**10.130.357**	**7.084.565**	**17.830.353**	**8.969.516**	**44.014.791**	**44.014.791**	**95,00%**	**94,89%**
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		10.130.099	6.952.893	17.797.970	8.945.120	43.826.082	43.826.082	94,60%	94,49%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	37.930	22.240	-	60.170	60.170	0,13%	0,13%
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 4,36%	-	159	10.143	24.402	34.704	34.704	0,07%	0,07%
Operações Compromissadas	SELIC	-	94.420	-	-	94.420	94.420	0,20%	0,20%
Outros		258	(837)	-	(6)	(585)	(585)	0,00%	0,00%
Debêntures de Distribuição Pública		**-**	**-**	**849**	**-**	**849**	**849**	**0,00%**	**0,00%**
Depósito a Prazo com Garantia Especial	**CDI + 1,5%**	**-**	**11.712**	**-**	**-**	**11.712**	**11.712**	**0,02%**	**0,02%**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos Bloqueio Judicial		**-**	**-**	**3.226**	**-**	**3.226**	**3.226**	**0,01%**	**0,01%**
Total		**10.407.122**	**7.096.277**	**17.834.428**	**8.969.516**	**44.307.343**	**44.307.343**	**95,63%**	**95,52%**
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – classificado como Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas	SELIC	-	4.608	-	-	4.608	4.608	0,01%	0,01%
Total		**-**	**4.608**	**-**	**-**	**4.608**	**4.608**	**0,01%**	**0,01%**
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Quotas de Fundos de Investimento – Pré	7,95%	-	-	-	143.330	143.330	143.330	0,31%	0,31%
Quotas de Fundos de Investimento – IPCA	IPCA + 4,58%	-	-	102.189	319.423	421.612	421.612	0,91%	0,91%
Quotas de Fundos de Investimento – IGPM	IGPM + 4,27%	-	-	-	212.021	212.021	212.021	0,46%	0,46%
Letras Financeiras	IPCA + 5,33%	-	-	-	101.645	101.645	101.645	0,22%	0,22%
Total		**-**	**-**	**102.189**	**776.419**	**878.608**	**878.608**	**1,90%**	**1,90%**
III. Títulos Mantidos Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 7,38%	-	-	-	664.859	664.859	764.969	1,44%	1,65%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 4,73%	-	-	-	463.952	463.952	418.295	1,00%	0,90%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C - Bloqueio Judicial	IGPM + 6,45%	-	-	-	733	733	797	0,00%	0,00%
Debêntures de Distribuição Pública	IGPM + 4,50%	-	-	-	9.851	9.851	9.178	0,02%	0,02%
Total		**-**	**-**	**-**	**1.139.395**	**1.139.395**	**1.193.239**	**2,46%**	**2,57%**
Total das Aplicações Financeiras		**10.407.122**	**7.100.885**	**17.936.617**	**10.885.330**	**46.329.954**	**46.383.798**	**100,00%**	**100,00%**
Circulante						**44.308.725**			
Não Circulante						**2.021.229**			

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima e 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
					31/12/2020				
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		350.868	-	-	-	350.868	350.868	0,81%	0,81%
Letras Financeiras do Tesouro		**8.107.840**	**7.724.883**	**17.428.654**	**8.029.176**	**41.290.553**	**41.290.553**	**95,77%**	**95,28%**
Letras do Tesouro Nacional		8.107.738	7.547.140	17.333.934	8.017.558	41.006.370	41.006.370	95,11%	94,63%
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	SELIC	-	36.286	74.155	3.618	114.059	114.059	0,27%	0,26%
Notas do Tesouro Nacional – IGPM	0,04	-	3.377	2.421	-	5.798	5.798	0,01%	0,01%
Notas do Tesouro Nacional – Pré	IPCA + 2,75%	-	60	18.144	8.002	26.206	26.206	0,06%	0,06%
Operações Compromissadas	IGPM + 0,48%	-	16.525	-	1	16.526	16.526	0,04%	0,04%
Outros	0,02	-	8.890	-	-	8.890	8.890	0,02%	0,02%
Debêntures de Distribuição Pública	**SELIC**	**-**	**113.205**	**-**	**-**	**113.205**	**113.205**	**0,26%**	**0,26%**
Depósito a Prazo com Garantia Especial		**102**	**(600)**	**-**	**(3)**	**(501)**	**(501)**	**0,00%**	**0,00%**
Certificados de Recebíveis Imobiliários	IGPM + 4,5%	-	-	-	8.450	8.450	8.450	0,02%	0,02%
Certificados de Depósito Bancário	CDI + 1,5%	-	-	11.068	-	11.068	11.068	0,03%	0,03%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos Bloqueio Judicial		**-**	**6.015**	**3.063**	**-**	**9.078**	**9.078**	**0,02%**	**0,02%**
Total		**8.458.708**	**7.730.898**	**17.442.785**	**8.037.626**	**41.670.017**	**41.670.017**	**96,65%**	**96,16%**
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – classificado como Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas	SELIC	-	13.242	-	-	13.242	13.242	0,03%	0,03%
Total		**-**	**13.242**	**-**	**-**	**13.242**	**13.242**	**0,03%**	**0,03%**
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Quotas de Fundos de Investimento – IPCA	IPCA + 6,32%	-	160	11.285	164.648	176.093	176.093	0,41%	0,41%
Quotas de Fundos de Investimento – IGPM	IGPM + 6,80%	-	87.802	-	172.272	260.074	260.074	0,60%	0,60%
Total		**-**	**87.962**	**11.285**	**336.920**	**436.167**	**436.167**	**1,01%**	**1,01%**
III. Títulos Mantidos Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 7,35%	-	-	-	570.714	570.714	720.040	1,32%	1,66%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 4,73%	-	-	-	421.287	421.287	487.597	0,98%	1,13%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C - Bloqueio Judicial	IGPM + 6,45%	-	-	-	4.208	4.208	4.999	0,01%	0,01%
Total		**-**	**-**	**-**	**996.209**	**996.209**	**1.212.636**	**2,31%**	**2,80%**
Total das Aplicações Financeiras		**8.458.708**	**7.832.102**	**17.454.070**	**9.370.755**	**43.115.635**	**43.332.062**	**100,00%**	**100,00%**
Circulante						**41.762.143**			
Não Circulante						**1.353.492**			

5.2. Classificação por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2020	**38.004.612**	**658.323**	**562.323**	**39.225.258**
(+) Aplicações	17.898.448	52.654	334.998	18.286.100
(-) Resgates	(15.774.269)	(287.254)	(53.419)	(16.114.942)
(+) Rendimentos	1.554.468	128.334	152.307	1.835.109
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(115.890)	-	(115.890)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**41.683.259**	**436.167**	**996.209**	**43.115.635**
(+) Aplicações	19.633.663	1.070.086	8.454	20.712.203
(-) Resgates	(17.285.312)	(645.189)	(74.649)	(18.005.150)
(+) Rendimentos	280.341	159.979	209.381	649.701
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(142.435)	-	(142.435)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**44.311.951**	**878.608**	**1.139.395**	**46.329.954**

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando–se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo;

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	Nível 01	Nível 02	Total
		31/12/2021	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	**30.631.889**	**13.680.062**	**44.311.951**
Ações de Cias Abertas	5.441.853	45.387	5.487.240
Opções	771	2.079	2.850
Futuros	(689)	1.660	971
Letras Financeiras do Tesouro	10.329.195	-	10.329.195
Notas do Tesouro Nacional:	9.632.145	311.798	9.943.943
Letras do Tesouro Nacional	1.430.763	-	1.430.763
Debêntures de Distribuição Pública	-	6.163.613	6.163.613
Operações Compromissadas	3.593.051	-	3.593.051
Letras Financeiras	-	2.022.680	2.022.680
Certificados de Depósito Bancário	-	78.396	78.396
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	59.423	59.423
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	442.127	442.127
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	1.255.554	1.255.554
Fundos de Investimento de Renda Fixa	-	1.696.168	1.696.168
Fundos de Investimento Multimercado	-	969.207	969.207
Fundos de Investimento Imobiliário	194.522	212	194.734
Fundos de Investimento no Exterior	-	394.229	394.229
Fundos de Investimento de Ações	-	153.400	153.400
Fundos de Investimento Cambial	-	10.292	10.292
Fundos de Investimento não Exclusivos	-	276.765	276.765
Notas Promissórias	-	30.579	30.579
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	1.519	1.519
Swaps	-	587	587
Investimento Exterior	-	652	652
Outras Aplicações	7.052	(236.265)	(229.213)
Quotas de Fundos de Investimento- Exclusivos Bloqueio Judicial	3.226	-	3.226
II. Títulos disponíveis para venda:	**562.052**	**316.556**	**878.608**
Notas do tesouro nacional	562.052	214.911	776.963
Letras Financeiras	-	101.645	101.645
III. Títulos mantidos até o vencimento:	**463.952**	**675.443**	**1.139.395**
Notas do tesouro nacional	463.952	664.859	1.128.811
Notas do tesouro nacional - Bloqueio Judicial	-	733	733
Debêntures de Distribuição Pública	-	9.851	9.851
Total (I + II + III)	**31.657.893**	**14.672.061**	**46.329.954**

*Outras aplicações se referem ao montante de contas a pagar e receber dos fundos exclusivos incluindo os fundos previdenciários.

	Nível 01	Nível 02	Total
		31/12/2020	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	**30.453.980**	**11.229.279**	**41.683.259**
Ações de Cias Abertas	5.440.212	33.919	5.474.131
Opções	3.395	49.462	52.857
Futuros	228	(1.118)	(890)
Letras Financeiras do Tesouro	10.546.341	-	10.546.341
Notas do Tesouro Nacional	9.018.565	225.874	9.244.439
Letras do Tesouro Nacional	1.569.365	229.646	1.799.011
Debêntures de Distribuição Pública	-	5.196.477	5.196.477
Operações Compromissadas	3.797.586	699.626	4.497.212
Letras Financeiras	-	1.650.432	1.650.432
Certificados de Depósito Bancário	-	45.335	45.335
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	21.723	21.723
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	178.862	178.862
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	1.052.937	1.052.937
Fundos de Investimento de Renda Fixa	-	578.964	578.964
Fundos de Investimento Multimercado	-	658.520	658.520
Fundos de Investimento Imobiliário	64.676	448	65.124
Fundos de Investimento no Exterior	-	112.056	112.056
Fundos de Investimento de Ações	-	160.432	160.432
Fundos de Investimento Cambial	-	23.711	23.711
Fundos de Investimento não Exclusivos	-	350.868	350.868
Notas Promissórias	-	102.534	102.534
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	3.403	3.403
Swaps	-	84	84
Outras Aplicações	4.534	(144.916)	(140.382)
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos Bloqueio Judicial	9.078	-	9.078
II. Títulos disponíveis para venda:	**176.093**	**260.074**	**436.167**
Notas do Tesouro Nacional	176.093	260.074	436.167
III. Títulos mantidos até o vencimento:	**421.287**	**574.922**	**996.209**
Notas do Tesouro Nacional	421.287	570.713	992.000
Notas do Tesouro Nacional - Bloqueio Judicial	-	4.209	4.209
Total (I + II + III)	**31.051.360**	**12.064.275**	**43.115.635**

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

A Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, utilizamos para fins de *hedge* taxa pré-fixada, negociados na B3:

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (*notional*) Total
		31/12/2021			
DI1	Vendido	01/07/2022	CDI	-	1
DI1	Comprado	02/01/2023	CDI	-	0
DI1	Vendido	03/07/2023	CDI	-	0
DI1	Vendido	02/01/2024	CDI	-	0
DI1	Comprado	01/07/2024	CDI	-	1
DI1	Vendido	02/01/2025	CDI	-	0
DI1	Comprado	04/01/2027	CDI	-	0

Em 2021, a Companhia tem pequena participação no fundo com exposição de futuros.

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (*notional*) Total
		31/12/2020			
DI1	Vendido	01/01/2021	CDI	89	8.908
DI1	Vendido	01/04/2021	CDI	34	3.378
DI1	Comprado	01/01/2022	CDI	4	412
DI1	Vendido	01/04/2022	CDI	2	163
DI1	Vendido	01/07/2022	CDI	8	738
DI1	Comprado	01/01/2023	CDI	5	469
DI1	Vendido	01/07/2023	CDI	27	2.410
DI1	Comprado	01/01/2025	CDI	-	23

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

Em 31 de dezembro de 2021, a composição do saldo de prêmios a receber por ramo era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Prestamistas	57.111	48.574
Acidentes Pessoais	22.436	18.883
Auxílio funeral	2.313	2.005
Vida em Grupo	116.378	94.682
Vida Individual	10.378	10.413
Outros	14.303	9.206
Total de Prêmios a Receber Bruto	**222.919**	**183.763**
Redução ao Valor Recuperável	(14.514)	(14.367)
Total de Prêmios a Receber	**208.405**	**169.396**

6.2. Movimentação de prêmios a receber

A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	**183.763**	**158.092**
(+) Prêmios Emitidos	2.569.461	2.107.884
(+) IOF	7.528	5.313
(-) Prêmios Cancelados	(235.133)	(301.189)
(-) Recebimentos	(2.302.700)	(1.786.337)
Prêmios a Receber Bruto	**222.919**	**183.763**
Saldo Inicial	**(14.367)**	**(22.381)**
(-) Constituição	(180.779)	(310.292)
(+) Reversão	180.632	318.306
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	**(14.514)**	**(14.367)**
Prêmios a Receber Líquidos	208.405	169.396

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

O cálculo da redução ao valor recuperável foi baseado em estudo técnico, considerando a inadimplência dos últimos dois anos, sendo aplicados os seguintes percentuais, em 31 de dezembro de 2021: 2,04% a vencer e de 1 até 30 dias (0,98% em 31 de dezembro de 2020), 9,47% vencidas de 1 até 60 dias (4,80% em 31 de dezembro de 2020), 25,62% de 61 até 180 dias (26,03% em 31 de dezembro de 2020), 62,32% de 181 até 365 dias (36,63% em 31 de dezembro de 2020) e 100,00% acima de 365 dias (100,00% em 31 de dezembro de 2020).

	Prêmios a Receber Bruto	31/12/2021 Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido	Prêmios a Receber Bruto	31/12/2020 Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido
A vencer						
De 1 até 30 dias	201.758	(1.371)	200.387	165.497	(1.040)	164.457
Vencidos						
1 até 30 dias	6.168	(584)	5.584	3.579	(390)	3.189
31 até 60 dias	1.004	(95)	909	1.097	(119)	978
61 até 120 dias	886	(227)	659	617	(358)	259
121 até 180 dias	503	(129)	374	476	(276)	200
181 até 365 dias	1.306	(814)	492	1.400	(1.087)	313
mais de 365 dias	11.294	(11.294)	-	11.097	(11.097)	-
Total	**222.919**	**(14.514)**	**208.405**	**183.763**	**(14.367)**	**169.396**

7. Outros créditos operacionais

Registra, basicamente, os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R$ 64.057 (R$ 62.363 em 31 de dezembro de 2020). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

8. Ativos de resseguros

As provisões técnicas referentes as operações de resseguros contratadas pela Companhia, com o intuito de mitigar os riscos assumidos, registradas no ativo circulante e não circulante, são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	33.318	29.368
Recuperação de indenização de sinistro	46.423	48.123
Prêmio de resseguro diferido	35.198	20.955
Total geral	**114.939**	**98.446**
Total circulante	**76.388**	**61.590**
Total não circulante	**38.551**	**36.856**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

9. Títulos e créditos a receber

Os títulos e créditos a receber, registrados no ativo circulante, são compostos basicamente por dividendos e juros sobre capital próprio a receber das controladas e coligadas e valores a receber das empresas do Grupo Icatu, por reembolso, referentes ao contrato de compartilhamento de despesas em comum que por conta da natureza das operações incluídas no escopo do contrato, não é possível a alocação individual às empresas do Grupo Icatu e, portanto, são rateadas. A composição das contas está apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	67.650	34.811
Créditos a receber	29.130	21.331
Total geral	**96.780**	**56.142**

10. Créditos tributários e previdenciários

10.1. Tributos a recuperar

Os tributos a Recuperar, registrados no ativo circulante são compostos por tributos para apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Impostos a Recuperar	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	2.237	1.723
Contribuição Social	15.696	10.904
COFINS	582	585
PIS	168	168
Outros	3.115	1.522
Total de Créditos Fiscais	**21.798**	**14.902**

10.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários:

	01/01/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021
Imposto de Renda Diferido	**53.384**	**101.537**	**(88.139)**	**66.782**	**140.440**	**(67.739)**	**139.483**
Prejuízos Fiscais	1.364	43.182	(34.127)	10.419	76.588	(9.165)	77.842
Diferenças Temporárias	52.020	58.355	(54.012)	56.363	14.157	(23.622)	46.898
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	–	–	–	–	49.695	(34.952)	14.743
Contribuição Social Diferida	**32.030**	**64.417**	**(56.831)**	**39.616**	**83.809**	**(40.628)**	**82.797**
Base Negativa	818	29.262	(24.282)	5.798	45.498	(5.484)	45.812
Diferenças Temporárias	31.212	35.155	(32.549)	33.818	8.494	(14.173)	28.139
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	–	–	–	–	29.817	(20.971)	8.846
PIS e COFINS Diferidos	**–**	**–**	**–**	**–**	**37.951**	**(1.085)**	**36.866**
PIS e COFINS Diferidos	–	–	–	–	37.951	(1.085)	36.866
Total de Créditos Fiscais Diferidos	**85.414**	**165.954**	**(144.970)**	**106.398**	**262.200**	**(109.452)**	**259.146**
Passivo - Não Circulante							
Imposto de Renda Diferido	**49.837**	**370.031**	**(399.003)**	**20.865**	**114.274**	**(134.558)**	**581**
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	49.837	370.031	(399.003)	20.865	113.693	(134.558)	–
IR Debêntures Incentivadas	–	–	–	–	581	–	581
Contribuição Social Diferido	**29.903**	**222.018**	**(239.402)**	**12.519**	**68.216**	**(80.735)**	**–**
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	29.903	222.018	(239.402)	12.519	68.216	(80.735)	–
Total de Débitos Fiscais Diferidos	**79.740**	**592.049**	**(638.405)**	**33.384**	**182.490**	**(215.293)**	**581**
Total de Créditos e Débitos Diferidos	**5.674**	**(426.095)**	**493.435**	**73.014**	**79.710**	**105.841**	**258.565**

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular Susep nº 648/21, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Prejuízo Fiscal e Base Negativa - 2022 a 2028		
2021*	(107.437)	0,00%
2022	11.438	9,25%
2023	10.412	8,42%
2024	18.758	15,17%
2025	29.801	24,10%
2026 a 2028	53.245	43,06%
Total	**123.654**	**100,00%**

(*) 2021 não compõe o total do Prejuízo Fiscal e base Negativa

Diferenças Temporárias - 2022 a 2031		
2021*	(15.144)	0,00%
2022	1.231	1,64%
2023	1.118	1,49%
2024	2.011	2,68%
2025	3.204	4,27%
2026	4.742	6,32%
2027	6.648	8,86%
2028 a 2031	56.075	74,74%
Total	**75.029**	**100,00%**

(*) 2021 não compõe o total das Diferenças Temporárias

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de Renda/Contribuição Social	31/12/2021	31/12/2020
Provisão Contingências Trabalhistas	2.757	3.249
Provisão Contingências Cíveis	9.919	8.698
Provisão Contingências Fiscais	1.345	1.778
Redução ao Valor Recuperável	20.326	19.310
Provisão Excedente Técnico	12.879	18.227
Fundo de Marketing	12.708	8.337
PIS Exigibilidade Suspensa	30.251	33.941
COFINS Exigibilidade Suspensa	131.372	118.748
Outras provisões – Ágio	10.004	10.004
Obrigações a pagar – Provisão	1.720	1.103
Outras Receitas (Atualização Depósito Judicial)	(68.705)	(71.498)
Participações Resultados – PLR	59.883	73.556
PIS e COFINS Diferidos	(36.866)	–
Total das Provisões temporárias	**187.593**	**225.453**
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	**46.898**	**56.363**
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	**28.139**	**33.818**
Total	**75.037**	**90.181**

11. Outros valores e bens – Direito de uso

Compostos pelos ativos de arrendamentos, conforme nota 3.21. A movimentação está apresentada a seguir:

	Adições em 01/01/2021	Depreciação / Movimentação	31/12/2021
ATIVO			
Imóveis	258.632	24.082	282.714
Equipamentos	369	6.774	7.143
Veículos	1.167	(233)	934
Total	**260.168**	**30.623**	**290.791**
PASSIVO			
Circulante	23.053	9.375	32.428
Não Circulante	237.115	20.945	258.060
Total	**260.168**	**30.320**	**290.488**

Arrendamentos a Pagar	31/12/2021
Arrendamentos a pagar	337.347
Juros de arrendamento	(46.859)
	290.488
Circulante	**32.428**
Não circulante	**258.060**

12. Investimentos

A Companhia possui a totalidade de seus investimentos em controladas e coligadas em empresas brasileiras, exceto quanto a Icatu S.A de Capitalización y Ahorro, que é uma empresa argentina, que não está operacional. A composição desses investimentos é a seguinte;

Investimentos	Quantidade de Ações ON	Quantidade de Ações PN	Quantidade de Cotas	% de Participação	Total de Ativos	Total de Passivos Líquidos de Provisões Judiciais	Total das Provisões Judiciais	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total das Receitas	Lucro Líquido (Prejuízo)	Investimento 31/12/2021	Investimento 31/12/2020	Resultado Patrimonial 31/12/2021	Resultado Patrimonial 31/12/2020
Icatu Capitalização S.A.	765.894.586	–	–	100%	2.590.461	2.377.930	4.405	191.484	202.893	1.693.940	22.553	205.593	153.017	25.253	(32.358)
Brasilcap Capitalização S.A.	216.010.804	184.329.196	–	17%	9.660.211	7.028.126	1.078.029	254.393	475.800	4.309.790	3.512	79.177	89.940	585	26.472
Caixa Capitalização S.A.	8.000	–	–	49%	3.669.116	3.424.276	–	210.000	244.840	41.582	107.509	119.972	207.803	52.679	51.762
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	–	–	46.245.081	100%	16.982	15.675	487	46.245	400	16.099	(7.186)	400	–	(7.186)	(6.072)
Banrisul Icatu Participações S.A.	–	–	–	50%	274.969	29.044	–	91.024	245.925	–	57.693	–	114.256	15.895	44.279
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	–	–	100%	7.111	1.830	–	4.699	5.280	–	970	5.281	7.114	970	1.321
Itumbiara Participações Ltda.	–	–	16.161.870	45%	16.031	1.041	–	16.162	15.094	–	2.989	6.773	3.198	1.341	(603)
Icatu Assessoria S.A.	–	–	25.953.546	100%	235.709	208.272	–	25.954	14.758	151	(22.173)	14.757	11.931	(22.174)	21.744
Icatu Consultoria de Investimentos S.A.	–	–	301.200	99%	349.396	337.773	–	301	11.398	270.263	157.080	11.397	29.914	156.049	148.020
Vanguardacap Capitalização S.A.	12.000.000	–	–	100%	23.965	11.217	202	12.000	12.543	–	406	12.543	13.016	406	315
Icatu Correspondente Bancário	–	–	100.000	100%	–	–	–	100	100	–	–	102	–	3	–
Outras Participações Societárias (a)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	10	13	(1)	–
Total das Participações Acionárias												**456.005**	**630.202**	**223.820**	**254.880**
Resultado de outras operações (b)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(5.537)	69.997
Outros investimentos (c)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	92	92	–	–
Total de Investimentos/Resultado Patrimonial												**456.097**	**630.294**	**218.283**	**324.877**

(a) Investidas Icatu S.A de Capitalización y Ahorro e Icatu Soluções e Seguridade Ltda.
(b) Em 2020 ocorreu o aumento da participação na Caixa Capitalização, através do contrato de compra e venda das ações junto à Sul América, correspondente a 24,5% de seu capital total e votante. Assim, a participação da Companhia na CaixaCap passou para 49,0%.
(c) Obras de arte.

A seguir, a movimentação das principais participações acionárias da Companhia:

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas / Transf.	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas / Transf.	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Icatu Capitalização S.A.	104.609	80.000	–	–	766	(32.358)	153.017	25.000	–	–	2.323	25.253	205.593
Brasilcap Capitalização S.A.	80.320	–	–	(15.915)	(937)	26.472	89.940	16.671	–	(5.140)	(22.879)	585	79.177
Caixa Capitalização S.A. (a)	113.546	128.455	–	(85.108)	(852)	51.762	207.803	–	–	(51.649)	(88.861)	52.679	119.972
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	47.732	–	(44.999)	–	–	(2.733)	–	11.000	(3.414)	–	–	(7.186)	400
Banrisul Icatu Participações S.A.	105.886	–	–	(36.379)	470	44.279	114.256	–	(124.352)	–	(5.799)	15.895	–
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	6.106	–	–	(313)	–	1.321	7.114	–	(242)	(2.561)	–	970	5.281
Itumbiara Participações Ltda.	2.801	1.000	–	–	–	(603)	3.198	2.235	–	–	–	1.340	6.773
Icatu Assessoria S.A.	17.187	–	–	(27.000)	–	21.744	11.931	25.000	(1)	–	–	(22.173)	14.757
Icatu Consultoria de Investimentos S.A.	35.839	–	–	(153.945)	–	148.020	29.914	243	–	(174.910)	101	156.049	11.397
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	387	–	(387)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Vanguardacap Capitalização S.A.	12.776	–	–	(75)	–	315	13.016	–	–	(879)	–	406	12.543
Icatu Correspondente Bancário	–	–	–	–	–	–	–	102	–	–	–	–	102
Outras Participações Societárias	13	–	–	–	–	–	13	–	–	–	–	(3)	10
Total	**527.202**	**209.455**	**(45.386)**	**(318.735)**	**(553)**	**258.219**	**630.202**	**80.251**	**(128.009)**	**(235.139)**	**(115.115)**	**223.815**	**456.005**

(a) A Companhia celebrou o contrato para aquisição de participação acionária adicional de 24,5% na CaixaCap junto ao Grupo Sul América, por meio de sua controlada indireta Sul América Santa Cruz Participações S.A., passando a ter participação de 49,0% na Caixa Capitalização S.A.. Conforme acordo contratual, há a previsão de pagamento de *earn-out*, onde a Icatu se comprometeu a devolver 70% dos proventos efetivamente recebidos pela Companhia, em razão das ações adquiridas que ultrapassem o preço fixo de aquisição.

13. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar ao grupo por mais de um exercício.

	Taxa anual de depreciação	31/12/2020	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2021
Equipamentos	20%	11.576	9.069	(2.423)	(5.513)	12.709
Móveis, máquinas e utensílios	10%	4.687	7.448	(5.658)	(942)	5.535
Outras imobilizações (a)	20%	10.375	50.791	(31.036)	(4.809)	25.321
Total		**26.638**	**67.308**	**(39.117)**	**(11.264)**	**43.565**

(a) Outras imobilizações são referentes a benfeitorias.

Móveis, máquinas e utensílios	10%	4.944	640	(152)	(745)	4.687
Total		**27.053**	**7.363**	**(846)**	**(6.932)**	**26.638**

14. Intangível

Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	Reclassificação	Amortização	31/12/2021
Desenvolvidos Internamente		**78.614**	**55.205**	**(7.309)**	**2.710**	**(7.343)**	**121.877**
Marcas e patentes	0%	71	-	-	-	-	**71**
Sistemas de computação	20%	78.543	55.205	(7.309)	2.710	(7.343)	**121.806**
Adquiridos de Terceiros		**368.219**	**10.118**	**(152.295)**	**(2.710)**	**(26.653)**	**196.679**
Sistemas aplicados	20%	10.547	10.118	(1.435)	(2.710)	(7.379)	**9.141**
Balcão de Vendas (a)	-	357.672	-	(150.860)	-	(19.274)	**187.538**
Total		**446.833**	**65.323**	**(159.604)**	**-**	**(33.996)**	**318.556**

	Taxa anual de amortização	01/01/2020	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2020
Desenvolvidos Internamente		**44.909**	**51.142**	**(10.170)**	**(7.267)**	**78.614**
Marcas e patentes	0%	71	-	-	-	71
Sistemas de computação	20%	44.838	51.142	(10.170)	(7.267)	78.543
Adquiridos de Terceiros		181.600	211.599	(2.754)	(22.226)	368.219
Sistemas de computação	20%	161	-	(161)	-	-
Sistemas aplicados	20%	7.711	8.699	(2.393)	(3.470)	10.547
Balcão de Vendas (a)	-	173.728	202.900	(200)	(18.756)	357.672
Total		**226.509**	**262.741**	**(12.924)**	**(29.493)**	**446.833**

(a) Registra o valor pago pela compra do direito de comercialização, em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas e previdência nos canais de distribuição de parceiras, que são elas: Banco do Nordeste (BNB), Guia-Bolso, Banco Inter, Azimut e 88i. Amortizado pelo prazo de vigência dos contratos que varia de 5 a 20 anos.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

ICATU

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

15. Obrigações a pagar

As principais obrigações a pagar são apresentadas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	6.281	8.955
Participação nos Lucros a Pagar (a)	22.144	26.746
Pagamentos a realizar (b)	17.997	22.186
Outras - Portabilidades e PGBL (c)	8.420	7.490
Provisão Fundo de Marketing (d)	12.708	8.337
Obrigações a Pagar - FMP e Campanhas (e)	459	7.980
Outras Contas a Pagar (f)	9.817	5.362
Leasing Arrendamento e Juros a Pagar (g)	(12)	2.760
Passivo circulante	**77.814**	**89.816**
Outras Contas a Pagar (f)	-	3.414
Participação nos Lucros a Pagar (a)	26.706	34.987
Leasing Arrendamento e Juros a Pagar (g)	385	213
Passivo não circulante	**27.091**	**38.614**
Total	**104.905**	**128.430**

(a) Referem-se aos valores a pagar à funcionários, conforme convenção interna, referente a participação nos lucros, para os programas de curto e longo prazos;
(b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda;
(c) Referem-se aos pagamentos a efetuar para outras instituições, relacionadas a portabilidades.
(d) São verbas destinadas e provisionadas as despesas com marketing, em percentuais definidos nos contratos com parceiros.
(e) Referem-se a provisões de campanhas junto a parceiros e corretores para apuração no exercício seguinte.
(f) Estão relacionadas as provisões de despesas da Companhia, *earn-out*, contratos e outras relacionadas a benefícios e descontos de folha dos funcionários.
(g) São os valores a pagar, classificados de acordo com os prazos contratuais, referente aos "arrendamentos mercantis", basicamente softwares, hardwares e aluguéis, bem como os juros a pagar oriundos destes contratos;

16. Débitos das operações – Operações com seguradoras e resseguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros e resseguros cedidos, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações. Adicionalmente, há obrigações com o pagamento de pró-labore e comissões, referente a esses mesmos contratos, bem como a estimativa atuarial para àqueles contratos com risco vigentes e não emitidos. A seguir, a composição desses montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de cosseguro cedido emitido	2.186	355
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	9.686	9.251
Total Operações com Seguradoras	**11.872**	**9.606**

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de resseguro cedido emitido	52.996	38.536
Prêmios de resseguro cedido a liquidar	1.551	2.470
Total Operações com Resseguradoras	**54.547**	**41.006**

	31/12/2021	31/12/2020
Comissões riscos emitidos diretos	21.868	19.451
Comissões a pagar	7.469	7.783
Comissões RVNE	42.031	34.659
Pró-labore emitido	4.693	4.026
Pró-labore a pagar	2.469	5.285
Outros	223	540
Total Corretores de Seguros e Resseguros	**78.753**	**71.744**

17. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.
A idade dos Depósitos de Terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
1 até 30 dias	98.440	25.276
31 até 60 dias	914	308
61 até 120 dias	724	815
121 até 180 dias	977	405
181 até 365 dias	1.030	810
Mais de 365 dias	1.246	4.404
Total	**103.331**	**32.018**

18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - Seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2021				31/12/2020			
Provisões Técnicas – Seguros	**Pessoas**	**Vida Individual**	**Vida com Cobertura por Sobrevivência**	**Total**	**Pessoas**	**Vida Individual**	**Vida com Cobertura por Sobrevivência**	**Total**
Circulante								
Prêmios não Ganhos	248.466	3.348	-	251.814	149.177	2.733	-	151.910
Prêmios não Ganhos – RVNE	58.110	78	-	58.188	39.194	82	-	39.276
Sinistros a Liquidar Administrativo	184.138	1.714	145	185.997	136.887	7.260	133	144.280
Sinistros a Liquidar Judicial	53.036	2.202	-	55.238	42.171	2.076	-	44.247
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	235.839	3.975	-	239.814	181.647	3.318	-	184.965
Benefícios a Conceder	1	15	3.481.336	3.481.352	-	3	3.235.641	3.235.644
Benefícios Concedidos	-	20	7.827	7.847	-	25	7.706	7.731
Excedente Financeiro	-	-	1	1	-	-	-	-
Provisão para Despesas Relacionadas	4.455	174	9	4.638	3.600	181	7	3.788
Excedente Técnico	2.234	-	-	2.234	6.195	-	-	6.195
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	3.729	56.084	59.813	-	3.081	58.843	61.924
Complementar de Cobertura	-	1	15	16	-	1	117	118
Total	**786.279**	**15.256**	**3.545.417**	**4.346.952**	**558.871**	**18.760**	**3.302.447**	**3.880.078**
Não Circulante								
Prêmios não Ganhos	238.293	-	-	238.293	88.999	-	-	88.999
Sinistros a Liquidar Administrativo	2.613	24	-	2.637	2.748	146	-	2.894
Sinistros a Liquidar Judicial	121.145	5.030	-	126.175	115.958	5.707	-	121.665
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	196.037	4.902	-	200.939	179.474	4.522	-	183.996
Benefícios a Conceder	1.038	6.043	23.298.569	23.305.650	107	998	21.654.040	21.655.145
Benefícios Concedidos	-	89	66.613	66.702	-	119	56.561	56.680
Excedente Financeiro	-	-	4	4	-	-	-	-
Provisão para Despesas Relacionadas	6.242	359	91	6.692	6.286	371	81	6.738
Excedente Técnico	-	-	-	-	2.181	-	-	2.181
Complementar de Cobertura	-	4	277	281	-	5	1.209	1.214
Total	**565.368**	**16.451**	**23.365.554**	**23.947.373**	**395.753**	**11.868**	**21.711.891**	**22.119.512**
Total geral	**1.351.647**	**31.707**	**26.910.971**	**28.294.325**	**954.624**	**30.628**	**25.014.338**	**25.999.590**

	31/12/2021			
Custos de Aquisição Diferidos – Seguros	**Pessoas**	**Vida Individual**	**Vida com Cobertura por Sobrevivência**	**Total**
Circulante	134.698	1.915	2.812	139.425
Não Circulante	116.913	3.328	10.357	130.598
Total	**251.611**	**5.243**	**13.169**	**270.023**

	31/12/2020			
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	**Pessoas**	**Vida Individual**	**Vida com Cobertura por Sobrevivência**	**Total**
Circulante	75.166	1.044	2.642	78.852
Não Circulante	44.108	1.150	10.290	55.548
Total	**119.274**	**2.194**	**12.932**	**134.400**

As movimentações das Provisões Técnicas e dos Custos de Aquisição Diferidos estão demonstradas a seguir:

	Saldos em 31/12/2020	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisões técnicas – Seguros					
Prêmios não Ganhos	240.909	301.502	(52.304)	-	490.107
Prêmios não Ganhos – RVNE	39.276	79.496	(60.584)	-	58.188
Sinistros a Liquidar	313.086	1.806.289	(1.778.338)	29.010	370.047
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	368.961	2.657.212	(2.585.420)	-	440.753
Benefícios a Conceder	24.890.789	14.237.431	(12.550.927)	209.709	26.787.002
Benefícios Concedidos	64.411	10.571	(9.825)	9.392	74.549
Excedente Financeiro	-	1	(4)	8	5
Provisão de Despesas Relacionadas	10.526	11.737	(10.933)	-	11.330
Excedente Técnico	8.376	8.835	(14.977)	-	2.234
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	61.924	847.195	(849.953)	647	59.813
Complementar de Cobertura	1.332	384	(1.419)	-	297
Total	**25.999.590**	**19.960.653**	**(17.914.684)**	**248.766**	**28.294.325**

	Saldos em 01/01/2020	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2020
Provisões técnicas – Seguros					
Prêmios não Ganhos	127.572	255.680	(142.343)	-	240.909
Prêmios não Ganhos – RVNE	22.858	54.075	(37.657)	-	39.276
Sinistros a Liquidar	276.294	2.918.316	(2.907.392)	25.868	313.086
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	497.124	2.162.167	(2.290.330)	-	368.961
Benefícios a Conceder	22.597.934	10.874.768	(9.533.100)	951.187	24.890.789
Benefícios Concedidos	52.877	14.214	(7.039)	4.359	64.411
Excedente Financeiro	-	1	(3)	2	-
Provisão de Despesas Relacionadas	13.090	33.708	(36.272)	-	10.526
Excedente Técnico	6.868	13.761	(12.253)	-	8.376
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	158.619	947.509	(1.044.982)	778	61.924
Complementar de Cobertura	433	912	(13)	-	1.332
Total	**23.753.669**	**17.275.111**	**(16.011.384)**	**982.194**	**25.999.590**

	01/01/2020	Constituições	Amortizações	31/12/2020	Constituições	31/12/2021
Custo de Aquisição Diferido	85.224	53.069	(3.893)	134.400	135.623	270.023
Total	**85.224**	**53.069**	**(3.893)**	**134.400**	**135.623**	**270.023**

18.1. Análise de sensibilidade – Seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e a premissa de 5% na sinistralidade mostrou-se suficiente para a cobertura das oscilações. Na desistência/cancelamento, o *stress* de 10% representa o dobro da oscilação média.
Abaixo, o resultado da análise de sensibilidade para as variações em sinistralidade, nos cenários estimados:

Coberturas de Risco:		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		31/12/2021		31/12/2020	
Variável	**Premissas**	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Sinistralidade	Aumento de 5% de Sinistralidade	25.462	21.214	18.858	17.062
Sinistralidade	Redução de 5% na Sinistralidade	(25.462)	(21.214)	(18.858)	(17.062)

19. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – Previdência complementar

As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2021			31/12/2020		
Provisões técnicas	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Prêmios não Ganhos	614	2	616	530	2	532
Prêmios não Ganhos - RVNE	23	-	23	116	-	116
Benefícios a Conceder	2.270.861	15.197.305	17.468.166	2.143.021	14.341.759	16.484.780
Benefícios Concedidos	50.408	406.558	456.966	54.598	293.756	348.354
Sinistros a Liquidar Administrativo	2.338	-	2.338	1.839	-	1.839
Sinistros a Liquidar Judicial	4.520	-	4.520	2.502	-	2.502
Excedente Financeiro	838	5.490	6.328	861	5.764	6.625
Eventos Ocorridos mas não Avisados	2.681	-	2.681	1.970	-	1.970
Provisão de Despesas Relacionadas	193	1.393	1.586	121	1.409	1.530
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	55.814	-	55.814	87.495	-	87.495
Provisão Complementar de Cobertura	9.527	68.357	77.884	6.086	44.080	50.166
Total	**2.397.817**	**15.679.105**	**18.076.922**	**2.299.139**	**14.686.770**	**16.985.909**

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Custo de aquisição diferidos	1.414	7.227	8.641	1.446	6.984	8.430
Total	**1.414**	**7.227**	**8.641**	**1.446**	**6.984**	**8.430**

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2021
Provisões técnicas					
Prêmios não Ganhos	532	414	(330)	-	616
Prêmios não Ganhos - RVNE	116	49	(142)	-	23
Benefícios a Conceder	16.484.780	7.060.174	(6.221.911)	145.123	17.468.166
Benefícios Concedidos	348.354	105.794	(71.363)	74.181	456.966
Sinistro a Liquidar	4.341	3.573	(1.686)	630	6.858
Excedente Financeiro	6.625	230	(571)	44	6.328
Eventos Ocorridos mas não Avisados	1.970	3.550	(2.839)	-	2.681
Provisão de Despesas Relacionadas	1.530	887	(831)	-	1.586
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	87.495	478.166	(516.122)	6.275	55.814
Provisão Complementar de Cobertura	50.166	76.997	(49.279)	-	77.884
Total	**16.985.909**	**7.729.834**	**(6.865.074)**	**226.253**	**18.076.922**

	01/01/2020	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2020
Prêmios não Ganhos	449	879	(796)	-	532
Prêmios não Ganhos - RVNE	64	160	(108)	-	116
Benefícios a Conceder	14.844.941	5.533.752	(4.589.364)	695.451	16.484.780
Benefícios Concedidos	284.533	66.396	(51.537)	48.962	348.354
Sinistro a Liquidar	3.332	8.404	(7.978)	583	4.341
Excedente Financeiro	7.757	290	(1.337)	(85)	6.625
Eventos Ocorridos mas não Avisados	893	2.435	(1.358)	-	1.970
Provisão de Despesas Relacionadas	1.589	485	(544)	-	1.530
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	123.769	500.981	(545.061)	7.806	87.495
Provisão Complementar de Cobertura	15.120	35.386	(340)	-	50.166
Total	**15.282.447**	**6.149.168**	**(5.198.423)**	**752.717**	**16.985.909**

	01/01/2020	Consti-tuições	Amorti-zações	31/12/2020	Consti-tuições	Amorti-zações	31/12/2021
Custo de Aquisição Diferido	8.610	938	(1.118)	8.430	657	(446)	8.641
Total	**8.610**	**938**	**(1.118)**	**8.430**	**657**	**(446)**	**8.641**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

ICATU

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

19.1. Análise de sensibilidade – Previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na desistência (transferência de recursos, resgates e/ou cancelamentos), o *stress* de 10% representa o dobro da oscilação média. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos, um *stress* de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado.
O teste indicou impacto quanto ao aumento da Taxa de Juros e agravo na taxa de sobrevivência, como a seguir:

Coberturas de Acumulação/Sobrevivência		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		31/12/2021		31/12/2020	
Variável	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Conversão em Renda	Aumento de 5% na Premissa de Conversão em Renda	2.560	2.560	5.275	5.275
Conversão em Renda	Redução de 5% na Premissa de Conversão em Renda	(2.514)	(2.514)	(4.433)	(4.433)
Taxa de Juros	Redução de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	(7.230)	(7.230)	(19.621)	(19.621)
Taxa de Juros	Aumento de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	(47.589)	(47.589)	17.774	17.774
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	15.104	15.104	14.810	14.810
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência	(14.260)	(14.260)	(13.775)	(13.775)
Taxa de Desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	2.571	2.571	5.275	5.275
Taxa de Desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	(2.427)	(2.427)	(4.968)	(4.968)

20. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	295.881	502.561	411.550	377.371	412.869	452.989	416.610	471.603	529.389	605.841	1.208.044	5.684.708
1 ano após o aviso	294.478	498.978	415.560	382.334	466.132	486.187	458.880	528.336	591.913	669.999	-	4.792.797
2 anos após o aviso	295.753	497.614	411.158	384.132	471.869	487.847	463.532	535.403	606.895	-	-	4.154.203
3 anos após o aviso	295.793	498.014	414.167	382.634	480.367	495.283	473.187	545.092	-	-	-	3.584.537
4 anos após o aviso	296.914	502.958	420.709	387.750	489.740	503.207	481.941	-	-	-	-	3.083.219
5 anos após o aviso	297.989	503.724	420.470	389.248	490.280	509.977	-	-	-	-	-	2.611.688
6 anos após o aviso	299.784	504.193	426.973	390.954	491.989	-	-	-	-	-	-	2.113.893
7 anos após o aviso	298.762	505.564	428.022	396.110	-	-	-	-	-	-	-	1.628.458
8 anos após o aviso	300.022	506.993	424.930	-	-	-	-	-	-	-	-	1.231.945
9 anos após o aviso	302.350	508.014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	810.364
10+ anos após o aviso	299.521	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	299.521
Estimativa na data base (2021) (a)	299.521	508.014	424.930	396.110	491.989	509.977	481.941	545.092	606.895	669.999	1.208.044	6.142.512
Pagamentos efetuados (b)	298.229	499.241	413.272	380.347	468.008	482.812	458.680	518.475	580.740	651.214	1.020.728	5.771.746
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	1.292	8.773	11.658	15.763	23.981	27.165	23.261	26.617	26.155	18.785	187.316	370.766
Sinistros Pendentes Fora da Análise *												**6.139**
Sinistros a Liquidar Total												**376.905**

*Os sinistros com aviso anteriores a 2009 e as Rendas Vencidas e Não Pagas estão contempladas no item 'Sinistros Pendentes Fora da Análise'.

O desenvolvimento de sinistros líquido de resseguro está demonstrado a seguir:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	290.421	498.115	403.336	363.078	392.756	421.662	385.994	424.042	479.664	557.341	1.132.112	5.348.521
1 ano após o aviso	290.531	492.984	403.303	365.211	440.253	451.296	423.389	474.803	543.951	627.549	-	4.513.270
2 anos após o aviso	291.770	490.843	398.598	366.225	443.927	451.604	427.315	480.494	556.686	-	-	3.907.462
3 anos após o aviso	291.810	491.397	401.353	364.711	449.274	457.289	433.995	489.222	-	-	-	3.379.051
4 anos após o aviso	292.931	496.109	406.791	367.107	455.518	462.768	440.375	-	-	-	-	2.921.599
5 anos após o aviso	294.006	496.575	407.017	368.200	458.775	467.359	-	-	-	-	-	2.491.932
6 anos após o aviso	295.801	497.134	408.182	368.790	459.926	-	-	-	-	-	-	2.029.833
7 anos após o aviso	294.779	498.250	409.926	370.049	-	-	-	-	-	-	-	1.573.004
8 anos após o aviso	296.039	499.509	409.167	-	-	-	-	-	-	-	-	1.204.715
9 anos após o aviso	298.366	500.522	-	-	-	-	-	-	-	-	-	798.888
10+ anos após o aviso	295.538	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	295.538
Estimativa na data base (2021) (a)	295.538	500.522	409.167	370.049	459.926	467.359	440.375	489.222	556.686	627.549	1.132.112	5.748.505
Pagamentos efetuados (b)	294.246	491.953	398.066	360.607	440.187	444.420	422.072	466.763	534.500	613.451	957.898	5.424.163
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	1.292	8.569	11.101	9.442	19.739	22.939	18.303	22.459	22.186	14.098	174.214	324.342
Sinistros Pendentes Fora da Análise *												**6.139**
Sinistros a Liquidar Total												**330.481**

*Os sinistros com aviso anteriores a 2009 e as Rendas Vencidas e Não Pagas estão contempladas no item 'Sinistros Pendentes Fora da Análise'.

21. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	**46.371.247**	**42.985.499**
Ajustes:		
Depósito Judicial	(6.322)	-
Direito Creditório	(71.751)	-
Custos de Aquisição Diferidos (redutores)(a)	(184.875)	(76.133)
Provisões Técnicas - Resseguros (redutores)(b)	(80.499)	(77.741)
Efeito Monetário (c)	**39.403**	**193.464**
Total a ser Coberto	**46.067.203**	**43.025.089**
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Debêntures	9.178	8.450
Letras Financeiras	102.494	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial	11.712	11.068
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	45.975.018	42.934.357
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	276.765	350.868
Total dos Ativos Vinculados	**46.375.167**	**43.304.743**
Equivalente de Caixa	**4.608**	**13.242**
Ativos Bloqueio Judicial - Não Vinculado a Cobertura de Reserva	**4.023**	**14.077**
Total de Aplicações (d)	**46.383.798**	**43.332.062**
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	**312.572**	**292.896**

a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R$ 140.839 e Não Circulante R$ 137.825, total R$ 193.548 sendo redutores R$ 184.875 e não redutores R$ 93.788.
b) Ativos de Resseguro: Circulante R$ 76.388 e Não Circulante R$ 38.551, total de R$ 114.939 sendo redutores R$ 80.499 e não redutores R$ 34.440.
c) Em atendimento a Circular SUSEP nº 543/16, acrescenta-se ao total a ser coberto efeito monetário utilizado no TAP (nota 3.16).
d) Os títulos mantidos até o vencimento são apresentados pelo valor de mercado, sendo R$ 53.844 (R$ 216.427 em 31/12/2020) maior que o valor contábil (nota 5.1)

22. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

22.1. Provisão de sinistros a liquidar - Judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais (Notas 18 e 19).
A intempestividades das ações judiciais no Brasil, nos impossibilita mensurar com razoável certeza os prazos de liquidação das ações judiciais. Seja por conta da insegurança jurídica, seja por conta da modernização que o poder judiciário vem passando, ou outros motivos, qualquer tentativa pode nos levar a um erro material para mais ou menos e por isso não divulgamos o *aging* de nossas ações judiciais.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que não estão ligados à contratos existentes:

	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	887	143.099	143.099	882	143.805	143.805
Possível	2.448	343.868	-	2.203	284.240	-
Remota	51	11.296	-	84	14.543	-
Total	**3.386**	**498.263**	**143.099**	**3.169**	**442.588**	**143.805**

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais relacionadas a sinistros e benefícios, registradas como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial:

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2021
PSL Judicial	141.162	37.195	28.045	(62.597)	143.805	39.322	24.702	(64.730)	143.099
Total	**141.162**	**37.195**	**28.045**	**(62.597)**	**143.805**	**39.322**	**24.702**	**(64.730)**	**143.099**

22.2. Outras provisões judiciais

Refere-se ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas demais causas cíveis, causas trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.
As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica "Outros Débitos", conforme demonstrado a seguir:

	Causas Cíveis – Não Relacionadas a Sinistros/Benefícios					
	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	566	9.919	9.919	502	8.698	8.698
Possível	788	83.680	-	742	68.468	-
Remota	34	1.430	-	44	3.263	-
Total	**1.388**	**95.029**	**9.919**	**1.288**	**80.429**	**8.698**

	Causas Trabalhistas					
	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	24	2.757	2.757	37	3.249	3.249
Possível	23	8.671	-	22	8.050	-
Remota	2	2.125	-	2	1.219	-
Total	**49**	**13.553**	**2.757**	**61**	**12.518**	**3.249**

	Causas Fiscais					
	31/12/2021			31/12/2020		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	11	689	689	12	1.144	1.144
Possível	48	38.415	–	49	34.333	–
Remota	2	286	–	2	257	–
Total	**61**	**39.390**	**689**	**63**	**35.734**	**1.144**

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Cíveis	8.825	8.315	(909)	(7.533)	8.698	9.745	(2.610)	(5.914)	9.919
Trabalhistas	3.336	354	284	(725)	3.249	2.066	(260)	(2.298)	2.757
Fiscais	1.266	2.444	132	(2.698)	1.144	44	112	(611)	689
Total	**13.427**	**11.113**	**(493)**	**(10.956)**	**13.091**	**11.855**	**(2.758)**	**(8.823)**	**13.365**

22.3. Outras contas a pagar

Nesta rubrica são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial, conforme composição a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2021
Contribuição Social	10.472	–	196	(10.668)	–
COFINS	118.747	9.612	3.013	–	131.372
PIS	33.941	1.562	680	(5.932)	30.251
Outros Impostos	2.083	–	38	(7)	2.114
Total - Outras Contas a Pagar	**165.243**	**11.174**	**3.927**	**(16.607)**	**163.737**

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2020
Contribuição Social	60.834	1.106	–	(51.468)	10.472
COFINS	109.209	7.482	2.056	–	118.747
PIS	32.198	1.215	528	–	33.941
Outros Impostos	2.053	–	30	–	2.083
Total - Outras Contas a Pagar	**204.294**	**9.803**	**2.614**	**(51.468)**	**165.243**

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

	PIS		COFINS		TOTAL	
Tese	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Majoração de Alíquota (a)	–	–	–	–	–	–
Alargamento da Base (b)	24.588	21.348	140.057	131.372	164.645	152.720
Faturamento (c)	11.166	8.903	–	–	11.166	8.903
Saldo total 31/12/2021	**35.754**	**30.251**	**140.057**	**131.372**	**175.811**	**161.623**

	PIS		COFINS		CSLL		TOTAL	
Tese	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Majoração de Alíquota (a)	–	–	–	–	15.209	10.472	15.209	10.472
Alargamento da Base (b)	22.356	19.296	126.719	118.747	–	–	149.075	138.043
Faturamento (c)	17.923	14.645	–	–	–	–	17.923	14.645
Saldo total 31/12/2020	**40.279**	**33.941**	**126.719**	**118.747**	**15.209**	**10.472**	**182.207**	**163.160**

(a) Os valores depositados judicialmente nos mandados de segurança em que a Companhia discutia a majoração de alíquota de 9% para 15% - Lei n° 11.727/2008, foram integralmente convertidos em renda em favor da União Federal em junho de 2020.
(b) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.
(c) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

22.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	10.683	16.201
Trabalhistas	522	658
Fiscais	184.525	191.326
Outras	6.322	25
Total Depósitos Judiciais	**202.052**	**208.210**

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixa	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Fiscais (a)	240.709	8.740	3.962	(62.085)	191.326	10.946	5.370	(23.117)	184.525
Total	**240.709**	**8.740**	**3.962**	**(62.085)**	**191.326**	**10.946**	**5.370**	**(23.117)**	**184.525**

Os valores depositados judicialmente nos mandados de segurança em que a Companhia discutia a majoração de alíquota de 9% para 15% da CSLL - Lei n° 11.727/2008, foram integralmente convertidos em renda em favor da União Federal.

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado de R$ 590.350 é representado por 90.990.969 ações sem valor nominal, sendo 78.878.363 ações ordinárias e 12.112.606 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

ICATU

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.
Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2021, os acionistas deliberaram pelo Aumento de Capital em R$ 50.000, mediante emissão de 2.594.148 ações ordinárias e 398.360 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro, tal aumento foi registrado como Capital em Aprovação aguardando trâmite da SUSEP.

23.2. Reservas de Lucros

Em 31 de dezembro de 2021, As Reservas de Lucros de R$ 1.022.867 (R$ 944.394 em 31 de dezembro de 2020), são compostas por:
(i) A Reserva Legal de R$ 118.070 (R$ 114.619 em 31 de dezembro de 2020) é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do Capital Social ou 30% das Reservas de Lucros mais as Reservas de Capital, conforme legislação em vigor.
(ii) A Reserva Estatutária de R$ 552.022, contém o montante da Reserva Estatutária Especial a seguir detalhada, e sua constituição contém o lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicáveis, observando os limites legais de teto, e tem como objetivo, principalmente, a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimentos em tecnologia.
Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 25 de março de 2021, os acionistas acionaram o Artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404 de 1976, e constituíram R$ 277.753 em Reservas Estatutárias referentes a retenção dos dividendos obrigatórios e adicionais do exercício de 2020, objetivando reforçar o caixa da Companhia para a realização de investimentos extraordinários, dada a oscilação do caixa por conta dos aumentos de sinistralidade devido a pandemia de COVID. A mesma sugestão será submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária que irá ocorrer em março de 2022, para os dividendos obrigatórios e adicionais referentes ao exercício de 2021, no montante de R$ 75.022, totalizando nessa Reserva de Lucros Estatutárias Especial o montante de R$ 352.775.

23.3. Reservas de Capital

As Reservas de Capital de R$ 35.577 são compostas por:
Reserva de Ágio na Subscrição de Ações no valor de R$ 34.659 e Outras Reservas de Capital no valor de R$ 918.

23.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

23.5. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 115.413 (-R$ 82.928 em 31 de dezembro de 2020).

23.6. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:
a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível.

	31/12/2021
Patrimônio Líquido (a)	**1.583.381**
Ajustes contábeis (b)	**(1.017.506)**
Participação Coligadas e Controladas	(456.005)
Despesas Antecipadas	(163)
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(123.654)
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(56.322)
Ativos Intangíveis	(318.556)
Obras de Arte	(92)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(62.714)
Ajuste contábil - 50% Ativos intangíveis Ponto de venda 15% CMR	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	**66.278**
Ativos financeiros na Cat. mantidos até o vencimento	21.672
Redução no TAP referente a diferença de marcação dos ativos vinculados	(21.672)
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP(+)	-
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	66.278
Subtotal PLA - nível	**632.153**
PLA Nível I	486.706
PLA Nível II	66.278
PLA Nível III	79.169
PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)	**632.153**
Capital Base (CB) (a)	**15.000**
Capital de Risco de Crédito	50.466
Capital de Risco de Subscrição	432.346
Capital de Risco - Mercado	89.180
Capital de Risco - Redução por correlação	(81.308)
Capital de Risco - Operacional	37.112
Capital de Risco (CR) (b)	**527.796**
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	**527.796**
Patrimônio líquido ajustado - PLA	632.153
(-) Exigência de capital - CMR	(527.796)
Suficiência de capital - R$	**104.357**
Suficiência de capital (PLA/CMR)	**120%**

24. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
Partes relacionadas	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a) (b)	19.125	14.509	-	-	20.951	61.768	(23.696)	(14.164)
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (b)	13.728	11.014	-	-	124.157	48.576	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Controlada) (b)	262	41	-	-	741	335	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Controlada) (b)	491	706	-	-	6.946	5.090	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (c)	-	303	(23)	(9)	4.406	2.464	(206)	(85)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (g)	-	-	-	-	-	-	(1.717)	(3.306)
Caixa Capitalização S.A. (Coligada) (h)	12.511	13.046	-	-	-	-	-	-
Brasilcap Capitalização S.A. (Coligada) (h)	139	-	-	-	-	-	-	-
VanguardaCap Capitalização S.A. (Controlada) (b)		79	-	-	30	43	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (b)	-	314	-	-	2	10	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controlada) (h)	-	21.377	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (f)	8.044	8.409	(10.663)	(13.309)	60.998	73.092	(131.476)	(147.377)
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (a)	-	-	-	-	1.809	-	(6.414)	(5.422)
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) (b)	-	-	-	-	34	-	-	-
XS4 Capitalização (e)	7.026	-	-	-	-	-	-	-
Administradores/Acionistas (Outros) (d)	-	-	-	-	-	-	(16.464)	(14.690)
Total	**61.326**	**69.798**	**(10.686)**	**(13.318)**	**220.074**	**191.378**	**(179.973)**	**(185.044)**

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:
(a) Aquisição de títulos de capitalização – Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia.
(b) Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia, suas Controladas e ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.
(c) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda;
(d) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração paga aos Administradores, registrada na rubrica "Despesas Administrativas", referentes a remuneração e benefícios de curto e longo prazo.
(e) Reembolso de despesas pré-operacionais do projeto Caixa CAP.
(f) A Companhia mantém acordo operacional de cosseguro com sua controlada indireta Companhia Rio Grande. Os valores do "contas a pagar" são liquidados nos meses subsequentes.
(g) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários.
(h) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da companhia..

25. Principais ramos de atuação - Seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

	31/12/2021			31/12/2020		
Ramo	**Prêmios Ganhos**	**Índice de Sinistralidade**	**Índice de Comissionamento**	**Prêmios Ganhos**	**Índice de Sinistralidade**	**Índice de Comissionamento**
Vida em Grupo	1.222.049	73,6%	30,8%	1.028.686	52,5%	30,9%
Prestamistas	456.697	54,9%	39,7%	391.847	24,6%	40,0%
Acidentes Pessoais	180.823	30,0%	30,7%	137.207	15,6%	29,5%
Vida Individual	47.058	20,1%	26,8%	40.367	33,1%	18,0%
Outros	169.368	57,7%	28,7%	98.220	33,2%	26,7%
Total	**2.075.995**	**63,2%**	**32,5%**	**1.696.327**	**41,5%**	**32,3%**

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo:

	Prêmio direto líquido de cosseguro		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
Ramos	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Vida em Grupo	1.200.912	1.035.145	36.430	30.247	1.237.342	1.004.898	103,0%	97,1%	3,0%	0,0%
Prestamistas	602.096	451.051	19.957	13.878	622.053	437.173	103,3%	96,9%	3,3%	0,0%
Acidentes Pessoais	250.273	144.224	5.402	3.646	255.675	140.578	102,2%	97,5%	2,2%	0,0%
Vida Individual	52.366	29.085	10.908	8.125	63.274	20.960	120,8%	72,1%	20,8%	0,0%
Outros	195.584	118.884	11.365	2.684	206.948	116.200	105,8%	97,7%	5,8%	0,0%
Total	**2.301.231**	**1.778.389**	**84.062**	**58.580**	**2.385.292**	**1.719.809**	**103,7%**	**96,7%**	**3,7%**	**1,3%**

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	31/12/2021	31/12/2020
Resseguradora local	76.976	43.137
Resseguradora admitida	7.858	15.443
Total	**84.834**	**58.580**

26. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

a) Prêmios Ganhos - Seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos	**2.334.328**	**1.806.695**
Prêmios Emitidos Direto	2.532.725	1.943.957
Prêmios Cosseguro Aceito a Congêneres	7.962	5.088
Prêmios Cosseguro Cedido a Congêneres	(231.494)	(165.568)
Prêmio Riscos Vigentes Não Emitidos	25.135	23.218
Contribuições para Cobertura de Riscos	**12.078**	**10.806**
Receitas de Contribuições Planos Repartição Simples	5.857	5.318
Receitas de Contribuições Planos Pecúlio Capitalização	-	10
Receitas de Contribuições Planos de Renda	6.221	5.478
Variação das provisões técnicas	**(270.411)**	**(121.174)**
Variação das provisões técnicas	(270.411)	(121.174)
	2.075.995	**1.696.327**

b) Sinistros Ocorridos - Seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Indenizações Avisadas	(1.263.054)	(699.829)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(72.140)	(18.544)
Despesas com Sinistros	(3.927)	(2.661)
Despesas com Benefícios-Seguro Vida Individual (-) VGBL	(7.548)	(12.857)
Recuperação de Indenizações	57.010	38.178
Outras Despesas com Sinistros	(8.047)	(7.849)
	(1.297.706)	**(703.562)**

c) Custo de Aquisição - Seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Comissões sobre Prêmio Emitido	(791.095)	(526.153)
Recuperação de Comissão de Cosseguro	69.754	8.643
Variação Despesa de Comercialização Diferida	135.386	49.819
Outras Despesas de Comercialização	(88.515)	(80.935)
	(674.470)	**(548.626)**

d) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com Cobrança	(13.515)	(11.754)
Provisão para Contingências Cíveis	(2.999)	(2.480)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	(943)	7.945
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(526)	(66.081)
	(17.983)	**(72.370)**

e) Resultado com Operações de Resseguro - Seguros e Previdência

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Indenização - Seguros	79.401	62.087
Recuperação de Indenização de Benefícios - Previdência	82	123
Prêmio Cedido em Resseguro - Seguros	(84.834)	(58.580)
Variação dos Sinistros Ocorridos - Seguros	3.867	2.254
Variação das provisões técnicas - Seguros	14.228	(2.420)
Variação das provisões técnicas - Previdência	16	228
Outras Receitas com Resseguro	343	-
	13.103	**3.692**

f) Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL - Previdência

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos	2.214.901	2.165.318
Receitas de Contribuições Planos de Renda	7.502	6.957
Receitas de Contribuições Planos de Contribuição Variável	1.460.982	1.328.393
Restituições	(472)	(830)
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	**3.682.913**	**3.499.838**
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder - Previdência	(705.041)	(1.268.817)
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	**(705.041)**	**(1.268.817)**

g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência

	31/12/2021	31/12/2020
PPNG - Planos Repartição Simples	(21)	(45)
PPNG - Planos Repartição Simples RVNE	38	(23)
PPNG - Planos Renda	(61)	(40)
PPNG - Planos Renda RVNE	52	(27)
PVR - Planos Renda	(2.844.363)	(2.167.787)
Despesas com Benefícios e Resgates	(96.966)	(61.950)
Outras Provisões	(36.050)	(42.247)
	(2.977.371)	**(2.272.119)**

h) Custo de Aquisição - Previdência

	31/12/2021	31/12/2020
Comissões sobre Prêmio Emitido	(66.504)	(67.346)
Despesas com Pró-labore	(38.319)	(39.958)
Outras Despesas de Comercialização	(8.877)	(9.569)
	(113.700)	**(116.873)**

CONTINUA

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

i) Despesas Administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal Próprio	(147.787)	(125.112)
Serviços de Terceiros	(79.181)	(67.243)
Localização e Funcionamento	(137.719)	(96.364)
Publicidade e Propaganda	(27.572)	(17.849)
Publicações	(462)	(276)
Donativos e Contribuições	(697)	(557)
Despesas Administrativas Diversas	57.232	31.215
	(336.186)	(276.186)

j) Despesas com Tributos

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	(1.466)	(2.961)
COFINS	(14.577)	(49.503)
PIS	(2.380)	(8.064)
Taxa de Fiscalização	(4.635)	(4.264)
Outras Despesas com Tributos	(407)	(465)
	(23.465)	**(65.257)**

k) Resultado Financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Categoria - Disponível para Venda	**159.979**	**128.334**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	159.979	128.334
Categoria - Mantidos até o vencimento	**209.381**	**152.307**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	209.381	152.307
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	**2.548.906**	**4.806.640**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	2.544.599	4.806.343
Títulos de Renda Fixa	4.307	297
Outras Receitas Financeiras	2.494	6.888
Total – Receitas Financeiras	**2.920.760**	**5.094.169**
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	**(2.278.176)**	**(3.252.172)**
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(2.278.176)	(3.252.172)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência	(225.911)	(751.671)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(246.278)	(979.473)
Outras Despesas Financeiras	**(10.016)**	**(17.313)**
Total – Despesas Financeiras	**(2.760.381)**	**(5.000.629)**
	160.379	**93.540**

27. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	**(5.839)**	**(5.839)**	**288.857**	**288.857**
Participação nos Lucros e Resultados*	(7.980)	(7.980)	(17.469)	(17.469)
Base de cálculo	**(13.819)**	**(13.819)**	**271.388**	**271.388**
ADIÇÕES	**158.010**	**158.010**	**182.269**	**182.269**
Adição Permanente	3.205	3.205	2.920	2.920
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	14.021	14.021	13.725	13.725
Provisão para Excedente Técnico	20.325	20.325	19.310	19.310
Outras Provisões	27.304	27.304	27.668	27.668
Participação nos Lucros e Resultados	12.037	12.037	17.469	17.469
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	72.183	72.183	89.894	89.894
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	8.935	8.935	11.283	11.283
EXCLUSÕES	**(414.455)**	**(410.953)**	**(489.877)**	**(486.852)**
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(13.728)	(13.728)	(13.990)	(13.990)
Provisão para Excedente Técnico	(19.310)	(19.310)	(27.808)	(27.808)
Outras Provisões	(31.170)	(27.668)	(26.593)	(23.568)
Equivalência Patrimonial	(218.283)	(218.283)	(324.877)	(324.877)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(69.388)	(69.388)	(72.183)	(72.183)
Participação nos Lucros e Resultados	(25.710)	(25.710)	(24.426)	(24.426)
PIS e COFINS Diferidos	(36.866)	(36.866)	-	-
Resultado Ajustado	**(270.264)**	**(266.762)**	**(36.220)**	**(33.195)**
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa	-	-	-	-
Lucro após as Compensações	**(270.264)**	**(266.762)**	**(36.220)**	**(33.195)**
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15% + 5%	15% + 10%	15%
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	57.957	34.335	13.399	7.585
Despesas com IRPJ/CSLL	**57.957**	**34.335**	**13.399**	**7.585**
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	-419,40%	-248,46%	4,94%	2,79%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga
Conselheiros
Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga Luciano Soares

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luciano Snel Corrêa
Diretores
Alexandre Petrone Vilardi César Luiz Salazar Saut Marcio de Moraes Palmeira

CONTADOR

Ivandro de Almeida Oliveira - CRC RJ 076168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1.394

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S.A. e das controladas diretas Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Vanguardacap Capitalização S.A., e das controladas indiretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante referidas em seu conjunto como "empresas"), funciona de acordo com as regras da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especialmente a Resolução CNSP no. 321 de 15 de julho 2015. (432 de 12 de novembro de 2021 – efeitos a partir de 03 de janeiro de 2022)

ATRIBUIÇÕES

O Comitê tem entre suas principais atribuições assessorar os Conselhos de Administração ou as Diretorias (i) na revisão das demonstrações financeiras previamente à sua divulgação, inclusive as notas explicativas, os relatórios das Administrações e os relatórios dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras, (ii) no cumprimento das disposições legais e regulatórias, (iii) na verificação da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes e atuarial, (iv) na atuação da auditoria interna e (v) nas atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos.

É responsabilidade das Administrações (dos Administradores) a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas das Administrações dos Administradores, dos auditores independentes, dos auditores atuariais independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e verificações efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ

As principais atividades desenvolvidas pelo Comitê foram:

-Reuniões com executivos e profissionais das áreas de Operações, Controladoria, Contabilidade, Financeira, Tecnologia e Segurança da Informação, Gestão de Riscos, Controles Internos e C*ompliance,* Auditoria Interna e Ouvidoria.

-Revisão do plano anual e acompanhamento dos trabalhos e relatórios emitidos pela Auditoria Interna.

O Comitê acompanhou, também, a implantação dos planos de ação propostos para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna.

-Avaliação da independência, do planejamento, da execução e resultado dos trabalhos realizados pelos auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, as questões relacionadas com controles internos, o cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos.

-Revisão dos relatórios emitidos pela Ouvidoria sobre as atividades realizadas no segundo semestre de 2020 e do primeiro semestre de 2021, bem como a avaliação dos correspondentes resultados apresentados.

-Acompanhamento das atividades executadas pelas Administrações pelos administradores relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento dos normativos internos e externos.

-O Comitê também acompanhou, junto às áreas responsáveis, as ações desenvolvidas para implantação dos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados, assim como dos efeitos decorrentes do COVID-19.

Avaliação do resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores atuariais independentes quanto à adequação das provisões técnicas e correspondentes ativos de cobertura, assim como dos correspondentes pareceres emitidos.

-Revisão das demonstrações financeiras das empresas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, e correspondentes relatórios emitidos pelas Administrações e pelos auditores independentes.

-Reuniões realizadas com os Diretores Presidentes e outros membros da Diretoria quando apresentou sugestões para o aprimoramento dos controles internos e da gestão de riscos.

CONCLUSÕES

No cumprimento de suas atribuições, observando o disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e no Regimento Interno, nada chegou ao conhecimento do Comitê, no curso de seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das empresas não estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como a observância das disposições legais, regulatórias e normativos internos.

Com base nos resultados obtidos das atividades desenvolvidas, conforme descrito acima, e nos relatórios emitidos pelos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomendou, em reunião realizada nesta data, ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e de suas controladas diretas Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Vanguarda Capitalização e das controladas indiretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A.. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022. **Maria Salete Garcia Pinheiro -** Presidente do Comitê. **Natal Julio De Luca -** Membro do Comitê; **Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo -** Membro do Comitê.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Seguros S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência	
Veja Notas 3.14, 18 e 19 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como a auditoria endereçou esse assunto**
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.14, 18 e 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos. Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos. - conciliação dos registros analíticos suporte a PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE com os respectivos saldos contábeis. - teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente. - com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

CONTINUA

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Icatu Seguros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$565.394 (em 30 de junho de 2021) e R$ 632.153 (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$565.394 mil (em 30 de junho de 2021) e R$ 632.153 (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$ 565.394 mil (em 30 de junho de 2021) e R$ 632.153 (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referida, em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Deloitte.

PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 02.382.073/0001-10

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Rio de Janeiro, 25/02/2022. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 1º de janeiro de 2020 - *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2021	2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	7.626	3.685	4.525
Aplicações financeiras	150.823	227.528	104.174
Contas a receber de clientes	123.871	105.216	94.708
Estoques	3.517	1.474	1.269
Tributos a recuperar	530	471	358
Outros créditos	1.834	1.643	963
Total do ativo circulante	288.201	340.017	205.997
Aplicações financeiras	12.649	13.593	12.180
Contas a receber de clientes	66.616	50.700	52.038
Tributos a recuperar	29	–	–
Depósitos judiciais	25.691	19.943	15.783
Outros créditos	4	–	202
Total do realizável a longo prazo	104.989	84.236	80.203
Imobilizado	2.874	1.919	141
Ativo de contrato da concessão	26.440	66.294	166.553
Intangível	646.276	611.746	507.767
Total do ativo não circulante	780.579	764.195	754.664
Total do ativo	1.068.780	1.104.212	960.661

Passivo	2021	2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Fornecedores e empreiteiros	22.626	18.463	20.914
Financiamentos e debêntures	32.137	70.425	66.560
Obrigações trabalhistas e sociais	5.727	4.593	4.526
Obrigações fiscais	4.076	3.859	4.502
Imposto de renda e contribuição social	16.919	3.831	1.183
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	77.570	95.475
Outras contas a pagar	2.554	2.200	1.390
Total do passivo circulante	84.039	180.941	194.550
Fornecedores e empreiteiros	8.421	–	–
Financiamentos e debêntures	437.569	497.120	391.975
Passivo fiscal diferido	33.443	33.039	27.176
Provisão para demandas judiciais	14.556	14.117	15.929
Outras contas a pagar	394	52	144
Total do passivo não circulante	494.383	544.328	435.224
Total do passivo	578.422	725.269	629.774
Patrimônio líquido			
Capital social	376.353	255.041	255.041
Custo com emissão de novas ações	(13.030)	–	–
Reservas de lucros	127.035	123.902	75.846
Total do patrimônio líquido	490.358	378.943	330.887
Total do passivo e patrimônio líquido	1.068.780	1.104.212	960.661

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	453.581	388.891
Custos dos serviços prestados	(149.656)	(130.339)
Lucro bruto	303.925	258.552
Despesas administrativas e gerais	(46.892)	(50.158)
Outras receitas operacionais	108	70
Outras despesas operacionais	(92)	(18)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	257.049	208.446
Receitas financeiras	12.731	4.045
Despesas financeiras	(80.810)	(63.515)
Resultado financeiro	(68.079)	(59.470)
Resultado antes dos impostos	188.970	148.976
Imposto de renda e contribuição social	(63.041)	(47.215)
Lucro líquido do exercício	125.929	101.761
Lucro por ação		
Lucro por ação - Básico (em R$)	0,38	0,46
Lucro por ação - Diluído (em R$)	0,38	0,46
Quantidade média de ações	329.691.115	221.673.074

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de Reais)*

			Reservas de lucros				
	Capital social	Custos de captação	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	255.041	–	31.600	1.275	80.770	–	368.686
Ajustes de reapresentação	–	–	–	–	(37.799)	–	(37.799)
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (reapresentado)	255.041	–	31.600	1.275	42.971	–	330.887
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	101.761	101.761
Destinação:							
Reserva legal	–	–	5.088	–	–	(5.088)	–
Dividendos intermediários	–	–	–	–	(42.971)	–	(42.971)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(10.734)	(10.734)
Lucros retidos	–	–	–	–	85.939	(85.939)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	255.041	–	36.688	1.275	85.939	–	378.943
Aumento de capital social	121.312	–	–	–	–	–	121.312
Custo de emissão de novas ações	–	(13.030)	–	–	–	–	(13.030)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	125.929	125.929
Destinação:							–
Reserva Legal	–	–	6.296	–	–	(6.296)	–
Dividendos intermediários	–	–	–	–	(37.796)	–	(37.796)
Dividendos intercalares	–	–	–	–	–	(85.000)	(85.000)
Reserva Estatutária	–	–	–	346	–	(346)	–
Lucros retidos	–	–	–	–	34.287	(34.287)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	376.353	(13.030)	42.984	1.621	82.430	–	490.358

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	125.929	101.761
Resultado abrangente total	125.929	101.761

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	188.970	148.976
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	49.273	37.590
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	446	–
Provisão para demandas judiciais	1.559	4.071
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	4.553	2.988
(Recuperação) Baixa de títulos do contas a receber	(3.295)	2.691
Rendimentos de aplicações financeiras	(12.007)	(2.739)
Encargos sobre financiamentos e debêntures	35.326	21.589
Amortização custo de captação	3.148	1.893
Reversão de ajuste a valor presente de clientes	(3.491)	(2.221)
Atualização monetária das demandas judiciais	207	113
	264.689	214.951
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/ Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(32.338)	(12.628)
Estoques	(2.043)	(205)
Tributos a recuperar	269	(113)
Depósitos judiciais	(5.748)	(4.160)
Outros créditos	(195)	(475)
Aumento/(Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	1.433	(2.451)
Obrigações trabalhistas e sociais	1.134	68
Obrigações fiscais	217	(2.253)
Pagamento de demandas judiciais	(2.063)	(2.651)
Outras contas a pagar	(722)	(16)
Juros pagos	(33.172)	(26.695)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41.241)	(38.172)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	150.220	125.200
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	79.874	(124.621)
Juros recebidos	7.830	2.061
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(41.316)	(39.631)
Aquisição de imobilizado	(712)	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	45.676	(162.191)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Financiamentos e debêntures captadas	–	177.367
Custo na captação de financiamentos e debêntures	(464)	(4.773)
Financiamentos e debêntures pagas	(103.845)	(66.443)
Recursos provenientes de aporte de capital	121.312	–
Custo de emissão de novas ações	(8.592)	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(200.366)	(70.000)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(191.955)	36.151
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	3.941	(840)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.685	4.525
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7.626	3.685
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	3.941	(840)

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020 (Reapresentado)
Receitas	490.963	421.294
Serviços	452.188	381.854
Receita de construção	43.220	42.358
Outras receitas	108	70
Provisão de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(4.553)	(2.988)
Insumos adquiridos de terceiros	(165.418)	(159.242)
(Inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custo de construção	(43.220)	(42.358)
Custos dos serviços prestados	(44.616)	(38.455)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(77.582)	(78.429)
Valor adicionado bruto	325.545	262.052
Amortização e depreciação	(49.273)	(37.590)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	276.272	224.462
Valor adicionado recebido em transferência	12.731	4.045
Receitas financeiras	12.731	4.045
Valor adicionado total a distribuir	289.003	228.507
Distribuição do valor adicionado	289.003	228.507
Pessoal	19.982	18.018
Remuneração direta	12.918	11.530
Benefícios	6.163	5.630
F.G.T.S.	901	858
Impostos, taxas e contribuições	102.585	81.667
Impostos federais	102.360	81.364
Impostos estaduais	3	24
Impostos municipais	222	279
Remuneração de capitais de terceiros	40.507	27.061
Juros	35.691	21.675
Aluguéis	4.816	5.386
Remuneração de capitais próprios	125.929	101.761
Dividendos e juros sobre o capital próprio	85.000	10.734
Lucros retidos	40.929	91.027

Notas Explicativas

Contexto operacional: A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") desde 11 de agosto de 2014, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de São Pedro da Aldeia - RJ. A Companhia foi constituída em 2 de fevereiro de 1998, iniciando efetivamente suas operações em julho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão nº 04/96, contrato este em vigência, com prazo de encerramento previsto para maio de 2041. O objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de saneamento básico, produção e fornecimento de água e tratamento dos esgotos dos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo, todos no Estado do Rio de Janeiro.

Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Principais políticas contábeis: Receita de contrato com cliente e Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura.

DIRETORIA

Pedro Augusto de Araújo Freitas
Diretor Presidente

José Carlos Almeida de Sousa
Diretor Executivo

André Pires de Oliveira Dias
Diretor de Relações com Investidores

CONTADOR

Itamar Portela Camargo
CRC MS 010387/O5S-RJ

As demonstrações financeiras completas da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.aegea.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 22 de fevereiro de 2022, sem modificações e contendo parágrafo de ênfase sobre reapresentação dos saldos comparativos.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código BE5C-6E31-D366-E015.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BE5C-6E31-D366-E015 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BE5C-6E31-D366-E015

Hash do Documento

FCE323F53248128F6E0A89258BF5F6B30A36FFE9E72AAE5E813151F6A373E183

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/02/2022 é(são) :

- ☑ Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 25/02/2022 02:25 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03